

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE LETRAS E ARTES

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

2021-2030

APROVADO NA CONGREGAÇÃO DA UNIDADE EM 31/08/2021



Profa. Dra. Denise Pires de Carvalho

Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Frederico Leão Rocha

Vice-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Gisele Viana Pires

Pró-reitora de Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PR1

Profa. Dra. Cristina Grafanassi Tranjan

Decana do Centro de Letras e Artes

Profa. Dra. Andrea Queiroz da Silva Fonseca Rego

Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Prof. Dr. Guilherme Carlos Lassance S. Abreu

Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Profa. Dra. Sylvia Meimaridou Rola

Diretora Adjunta de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Núcleo Docente Estruturante – NDE

Sylvia Meimaridou Rola

Cláudia Carvalho Leme Nóbrega

Carlos Eduardo Forte Feferman

Fabiola do Valle Zonno

Guilherme Carlos Lassance S. Abreu

James Shoiti Miyamoto

Jorge Nassar Fleury da Fonseca

Paulo Fernando Neves Rodrigues

Pedro Engel Penter

Sérgio Moraes Rego Fagerlande

Victor Andrade Carneiro da Silva

Wanda Vilhena Freire

INTRODUÇÃO	6
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	7
1.1 A FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO	7
1.2 O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA	7
1.3 A TRAJETÓRIA DA FAU	8
2 PRINCÍPIOS	11
2.1 MISSÃO	11
2.2 OBJETIVOS	11
2.3 COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E PERFIL DO EGRESSO	11
3 ESTRATÉGIAS	15
3.1 FLEXIBILIZAÇÃO E AUTONOMIA	15
3.2 INTEGRAÇÃO COM A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO	15
3.3 INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE	16
3.4 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	17
4 DIRETRIZES	18
4.1 PRÁTICAS DIDÁTICAS	18
4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	19
4.3 ESTRUTURA CURRICULAR	20
4.3.1 CICLO BÁSICO	20
4.3.2 CICLO INTERMEDIÁRIO	20
4.3.3 CICLO AVANÇADO	21
5 ESTRUTURA CURRICULAR	24
5.1 MATRIZ CURRICULAR	24
5.2 GRADE CURRICULAR	27
5.3 CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS	28
5.4 DISCIPLINAS	28
5.4.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	28
5.4.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE ESCOLHA RESTRITA (PERÍODOS 8 E 9)	28
5.4.2.1 GRUPO 1 – SEMINÁRIOS AVANÇADOS	28
5.4.2.2 GRUPO 2 – ATELIÊS AVANÇADOS	29
5.4.2.3 GRUPO 3 – LABORATÓRIOS AVANÇADOS	29
5.4.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE ESCOLHA CONDICIONADA	29
5.4.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE LIVRE ESCOLHA	29
5.5 REQUISITOS CURRICULARES SUPLEMENTARES	29
5.5.1 TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO	29
5.5.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO	31
5.5.3 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)	32
5.5.4 ATIVIDADES DE EXTENSÃO	33

5.6	PLANO DE IMPLANTAÇÃO	36
5.7	ACOMPANHAMENTO	36
5.7.1	SISTEMA DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA	36
5.7.2	REVISÃO CONTINUADA E PARTICIPAÇÃO	36
6	INFRAESTRUTURA	38
6.1	O EDIFÍCIO JORGE MACHADO MOREIRA	38
6.1.1	VALOR PATRIMONIAL	38
6.1.2	ORGANIZAÇÃO FÍSICA DA FAU	38
6.1.3	GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DA FAUFRJ	39
6.2	ESPAÇOS DE ACERVO	40
6.2.1	BIBLIOTECA	40
6.2.2	NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO – NPD	40
6.2.3	NÚCLEO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA COLONIAL – NEAC	41
6.2.4	MIDiateca	41
6.3	ESPAÇOS DE PRÁTICA TEÓRICA	42
6.4	ESPAÇOS DE PRÁTICA PROJETUAL	42
6.5	ESPAÇOS DE PRÁTICA EXPERIMENTAL	43
6.5.1	LABORATÓRIO DE ENSAIOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ESTUDO DO SOLO - LEMC	43
6.5.2	LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - LCE	43
6.5.3	LABORATÓRIO DE SANEAMENTO E SISTEMAS PREDIAIS HIDROSSANITÁRIOS -LABHIDRO	44
6.5.4	LABORATÓRIOS OFICINA DE MAQUETES E DE MODELOS 3D E FABRICAÇÃO DIGITAL	44
6.5.5	LABORATÓRIO DE GRÁFICA DIGITAL - LABGRAF	45
6.5.6	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	45
6.5.7	OFICINA INTEGRADA DE CERÂMICA	45
6.6	ESPAÇOS DE PRÁTICA PROFISSIONAL	46
6.6.1	ATELIÊ UNIVERSITÁRIO	46
6.6.2	ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO – EMAU / ABRICÓ	46
7	CORPO SOCIAL	47
7.1	ÉTICA E AMBIENTE ACADÊMICO	47
7.2	CORPO DISCENTE	47
7.2.1	PERFIL DO INGRESSANTE	47
7.2.2	ACESSO, POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO	48
7.2.3	REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS	48
7.2.4	ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	49
7.3	CORPO DOCENTE	50
7.3.1	PERFIL DOCENTE	50
7.3.2	POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	50
7.4	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	51
7.4.1	PERFIL E ATUAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	51
7.4.2	POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO	51
8	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	52
8.1	DEPARTAMENTOS	52
8.2	DIRETORIA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO – DAG	52

8.2.1	COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE GRADUAÇÃO	52
8.2.2	COORDENAÇÃO OPERACIONAL DE CICLOS	53
8.2.3	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	53
8.2.4	COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO – COAA	53
8.2.5	COMISSÃO DE DISPENSA DE DISCIPLINAS - CDD	53
8.2.6	COORDENAÇÕES DE CICLOS	53
8.3	DIRETORIA ADJUNTA DE EXTENSÃO - DAE	54
8.4	DIRETORIA ADJUNTA DE PESQUISA - DAP	54
8.5	COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CRI	54

DOCUMENTOS ANEXADOS AO PROCESSO

ANEXO 1 – REQUISITOS CURRICULARES SUPLEMENTARES

ANEXO 2 – ATA NEPP-DH

ANEXO 3 – PORTARIAS DA FAU: NDE, COAA E CPE

ANEXO 4 – EXTRATOS DE ATAS DE CONGREGAÇÃO DA FAU

ANEXO 5 – FICHA CEG 01

ANEXO 6 – FICHA CEG 02

ANEXO 7 – FICHAS CEG 03-D

ANEXO 8 – FICHAS CEG 03-RCS

ANEXO 9 – FICHA CEG 04

ANEXO 10 – FICHA CEG 05

ANEXO 11 – FICHA CEG 06

ANEXO 12 – FICHA CEG 07

ANEXO 13 – FICHA CEG 08

INTRODUÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAUFRJ) constitui uma necessária revisão do PPC implantado entre 2006 e 2008 e cuja matriz curricular vinha sendo alvo de sucessivas alterações pontuais ao longo desses últimos 15 anos.

Diante desse quadro e ciente da necessidade de uma revisão decenal da estrutura curricular, a direção da FAUFRJ, em diferentes gestões que se sucederam desde 2010, promoveu junto ao corpo social da Unidade uma série de encontros internos e seminários para discussão e elaboração de propostas. Atendendo ao disposto pela Resolução CEG 06/2012, a FAUFRJ instituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) que passou então a sistematizar os encontros internos, as pesquisas e o diálogo reflexivo com seu corpo social buscando subsídios para o desenvolvimento de um novo PPC para o Curso.

Assim, o Projeto Pedagógico de Curso aqui apresentado propõe uma ampla reformulação do PPC de 2006, incorporando respostas às novas demandas do corpo social da FAUFRJ, da sociedade e do campo profissional, geradas pelas transformações dos perfis tanto discente quanto docente, assim como do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido nesse período.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A FORMAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

A formação do Arquiteto e Urbanista no Brasil é regida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas pelo Ministério da Educação e vigentes até então:

- Resolução CNE/CES Nº 02 de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES Nº 02 de 17 junho de 2010 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006;
- Resolução CNE/CES Nº 01 de 26 março de 2021 que altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010.

Além das Resoluções supramencionadas, a formação é pautada pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e Perfis da Área e Padrões de Qualidade do MEC.

Dados de 2019 do e-MEC atestam a existência de 844 cursos de arquitetura e urbanismo registrados no país, presentes nas 27 unidades da Federação. Quase metade deles está localizada na Região Sudeste, destacadamente, no Estado de São Paulo. Do total das vagas oferecidas, cerca de 82% são oferecidas por instituições privadas e 18% por públicas. Apenas 5% dos cursos têm data de criação anterior a 1969, sendo que o maior número (cerca de 41%) teve origem entre 2000 e 2009. Do total de cursos existentes atualmente, 18% foram criados após 2009. Quanto à carga horária ministrada, cerca de 20% dos cursos praticam o mínimo exigido de 3.600 horas, 33% possuem entre 3.600 e 4.000 horas, 32% entre 4.000 e 4.500 horas e 13% têm carga horária superior a 4.500 horas.

Em 2019, no Estado do Rio de Janeiro existiam 43 cursos de Arquitetura e Urbanismo, sendo apenas 5 de instituições públicas. O crescimento de cursos no Estado se deu de modo rápido e recente pois foram criados 22 novos cursos entre 2012 e 2019 – o que corresponde à duplicação do número de cursos em menos de uma década.

Atualmente no país, existem 43 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado) em Arquitetura e Urbanismo (Avaliação Capes 2017-2020). Deste total, 36 pertencem a instituições públicas de ensino superior e 7 são de instituições privadas. Cabe notar que não há curso de doutorado oferecido por instituições privadas e que a FAUFRJ é a que, no país, oferece o maior número de cursos de pós-graduação – um total de 6, dos quais 2 cursos de mestrado profissional, 2 de mestrado acadêmico e 2 de doutorado.

1.2 O CAMPO DE ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

Originalmente, “o Decreto Federal nº 23.569, de 11/12/1933 regulamentou, pela primeira vez no país, o exercício das profissões do Arquiteto, do Engenheiro e do Agrimensor. Observando

os artigos do citado decreto, consta o artigo 28, que trata das atribuições profissionais dos engenheiros, e o artigo 30, que trata do campo profissional dos arquitetos¹.

O exercício da Arquitetura e Urbanismo é regulamentado pela Lei 12.378 de 31/12/2010, que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (CAU/BR), assim como seus Conselhos Estaduais, sendo o CAU/RJ responsável pelo Rio de Janeiro. Por sua vez, a Resolução nº 21 do CAU/BR, de 5/4/2012, dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais com base nas diretrizes curriculares vigentes.

1.3 A TRAJETÓRIA DA FAU

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro pode ser considerado o mais antigo do país no sentido em que sua origem remonta ao século XIX, a partir da instituição da Missão Artística Francesa, por ordem de D. João VI, com a criação da Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816. Entretanto, o ensino regular de Arquitetura, sob a direção do arquiteto francês Auguste Grandjean de Montigny só teve início em 1826, na renomeada Academia Imperial. O curso ocupou um edifício próprio, projetado e construído pelo arquiteto Grandjean de Montigny, localizado no centro da Cidade do Rio de Janeiro, que foi demolido e seu pórtico de entrada está no Jardim Botânico da cidade.

Após a Proclamação da República, em 1889, a Academia Imperial de Belas Artes passou a ser chamada de Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA) e ganhou nova sede, projetada pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios. O prédio, construído durante as modernizações urbanísticas realizadas pelo prefeito Pereira Passos, na então Capital Federal, hoje abriga o Museu de Belas Artes da Cidade do Rio de Janeiro.

Durante as primeiras décadas da nova República diversas reformas educacionais no curso de arquitetura resultaram em modificações na estrutura curricular da ENBA. Algumas destas reformas visavam essencialmente maior autonomia do curso que buscava cada vez mais sua independência. Dentre estas reformas, destaca-se a tentativa reformista empregada por Lúcio Costa enquanto Diretor da Escola, em 1931, cujo objetivo principal era de modernizar o currículo com base nos preceitos modernos que vinham sendo discutidos mundialmente. Tais práticas, contudo, encontraram resistência, pois, estariam alterando fortemente a Escola, a qual possuía raízes profundas com sua origem, a *Beaux-Arts*.

Em 1937, após anos de negociações, foi criada a Escola Nacional de Arquitetura, a partir da Lei nº 452 do mesmo ano. Contudo, sua autonomia só ocorreria, de fato, com o Decreto nº 7.918 de 31 de agosto de 1945, quando a escola é transformada em Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) da, então, Universidade do Brasil (UB).

A recém independente escola de arquitetura, contudo, não possuía uma edificação que abrigasse suas instalações e, provisoriamente, passou a ocupar o Palácio Universitário, localizado no campus da Praia Vermelha, no Bairro da Urca, Cidade do Rio de Janeiro,

¹ ARRUDA, A. M.; MAIOLINO, C. F.; COSTA, F. J. de M.; MARAGNO, G. V.. Embasamento teórico sobre a atuação dos arquitetos e urbanistas. Sob a perspectiva histórica e das diretrizes curriculares. *Arquitextos*, ano 16, agosto 2015.

enquanto seu novo edifício era projetado e construído no mais novo e moderno campus Universitário do país, a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.

Projetado por uma equipe liderada pelo arquiteto Jorge Machado Moreira, foi, apenas, em 1961 que a maior e mais antiga instituição de ensino regular de arquitetura do país passou a contar um edifício projetado e construído exclusivamente para a formação de seus futuros profissionais. A nova unidade buscou alcançar, a partir de seu novo edifício, a construção de um ambiente onde currículo e edifício estariam alinhados com o seu tempo e aspirações.

Em 1968, foi implementada, em âmbito nacional, uma ampla reforma universitária que eliminava o sistema seriado e de cátedras e instituía o sistema de créditos, introduzindo a inscrição em disciplinas. Neste período, também foram criadas instancias administrativas que permanecem até os dias atuais, como o Centro de Letras e Artes (CLA) ao qual a FAU está vinculada, bem com seus departamentos (Departamento de Projeto de Arquitetura; Departamento de História e Teoria; Departamento de Análise e Representação da Forma; Departamento de Estruturas; Departamento da Tecnologia da Construção e o Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente).

Após o processo de reforma universitária, na década de 70, o Edifício da FAU, hoje Edifício Jorge Machado Moreira - JMM, compartilhou seus espaços com a Escola de Belas Artes que havia sido desalojada de sua sede. Ainda nos anos 70, outras instâncias universitárias passaram a habitar a mesma edificação da FAU: a sede da reitoria da Universidade e o Centro de Letras e Artes.

No fim da década de 80 e início da década de 90 foram criados dois programas de pós-graduação, que atualmente são quatro, vinculados a FAUFRJ: o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) e o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB). Hoje, além desses, temos o Mestrado em Arquitetura Paisagística e Mestrado em Projeto e Patrimônio. Neste mesmo período, o Instituto de Planejamento Urbano e Regional – IPPUR passa a coabitar na mesma edificação.

Hoje, 205 anos após sua origem, 75 anos após sua independência e várias reformas curriculares depois – algumas enquanto curso vinculado a Escola de Belas Artes e 3 enquanto unidade autônoma - a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo se prepara para iniciar mais uma etapa em seu processo de constante modernização e adaptação frente as necessidades contemporâneas da sociedade.

No Projeto Pedagógico de 2006, o Curso foi organizado em três ciclos – Fundamentação, Aprofundamento e Síntese e em quatro eixos – Discussão, Concepção, Representação e Construção. O Ciclo de Fundamentação, de caráter introdutório, compreendia os quatro primeiros períodos, culminando, no 4º período, com o Trabalho Integrado I, posteriormente nomeado de Ateliê Integrado I (AI1). O Ciclo de Aprofundamento correspondia a uma maior flexibilização na escolha das disciplinas articuladas a pesquisas e atividades que marcariam o início, na FAUFRJ, das iniciativas preliminares de extensão universitária, culminando com o Trabalho Integrado II, posteriormente nomeado de Ateliê Integrado II (AI2), localizado no 8º período do curso. O Ciclo de Síntese compreendia, principalmente, o Trabalho Final de Graduação, dividido em dois semestres.

O Eixo Discussão abordava os aspectos históricos, teóricos, estéticos e socioeconômicos da arquitetura e da cidade. O Eixo Concepção congregava as atividades sintetizadoras de projeto. O Eixo Representação compreendia tanto o estudo da representação geométrica dos espaços quanto os meios de sua expressão criativa. O Eixo Construção abrangia o diálogo entre os

diferentes aspectos técnicos, científicos e as tecnologias da execução dos objetos arquitetônicos e da cidade, compreendidas as conceituações físicas da estabilidade das edificações e do conforto ambiental, a fundamentação tecnológica do edifício e a gestão.

Ao longo desses 15 anos de vigência do PPC implantado em 2006, destaca-se o sucesso das experiências de integração: entre as histórias da arquitetura e do urbanismo na apreensão da cidade do Rio de Janeiro, no primeiro período, e os Ateliês Integrados do 4º e 8º períodos que marcaram momentos intensos específicos do curso. Há que se reconhecer o papel desempenhado pelas experiências de integração praticadas na FAUFRJ como referência para muitos outros cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no País. Inúmeros foram os convites feitos por outras instituições de ensino, tanto públicas, quanto privadas, para apresentação dessas experiências.

2 PRINCÍPIOS

2.1 MISSÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFRJ deve reforçar o caráter público da instituição e sua condição de protagonista junto à sociedade brasileira – a FAUFRJ é parte integrante da maior instituição pública federal do país, presente na segunda maior metrópole nacional, que conta hoje com mais de 13 milhões de habitantes e grande visibilidade internacional. Desse modo, o PPC deve possibilitar o desenvolvimento de reflexões e práticas que se voltem para a inserção social, a nucleação e as relações interinstitucionais.

A FAUFRJ não está apenas localizada na Cidade do Rio de Janeiro, mas participa, desde sua criação, da própria construção da cidade, de sua arquitetura e de seu território metropolitano. Assim, é presumível que seus egressos estejam qualificados para refletirem sobre as complexas questões socioambientais pertinentes à produção do espaço construído em suas diversas escalas. Tal qualificação compreende a capacidade de projetar soluções para problemas provenientes do crescimento urbano brasileiro e que constituem, por isso, potencial contexto de sua atuação profissional.

A missão do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFRJ é a de **oferecer um ensino público de qualidade para a formação crítica de arquitetos e urbanistas, capazes de refletir e propor respostas projetuais em sintonia com as demandas sociais e com o estado histórico de desenvolvimento da cultura e do conhecimento científico e tecnológico do país.**

A intensificação da presença das ações de extensão universitária e da pesquisa acadêmica ao longo de todo o curso é a estratégia essencial para ampliar a permeabilidade do ambiente acadêmico às demandas sociais. A presença da universidade junto aos sujeitos de tais demandas deve, no entanto, observar os limites éticos frente aos direitos desses sujeitos e frente ao espaço de atuação profissional dos arquitetos e urbanistas.

2.2 OBJETIVOS

O presente Projeto Pedagógico, em consonância com o atual contexto do ensino público, tem por objetivos:

- fortalecer o ensino de projeto em arquitetura e urbanismo enquanto objeto de conhecimento específico;
- promover experiências de colaboração, integração e criação interdisciplinares;
- valorizar o ensino baseado na pesquisa e na extensão;
- flexibilizar a matriz curricular em atendimento à pluralidade do seu corpo social e de demandas da sociedade.

2.3 COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E PERFIL DO EGRESSO

O Projeto Pedagógico do Curso visa proporcionar ao egresso uma qualificação que ao mesmo tempo respeite e transcenda as exigências de sua formação generalista relacionada às diretrizes curriculares do MEC, que o habilite ao exercício profissional de modo reconhecido

pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). O curso deve estar pautado por uma estratégia formativa, mais do que informativa, evitando acúmulo desnecessário de conteúdos suscetíveis à rápida obsolescência.

A competência profissional não deve, assim, ser confundida com uma capacitação unicamente voltada às habilidades e atribuições específicas estabelecidas por Lei. Deve, no entanto, privilegiar muito mais a formação ampla, generalista, reflexiva e interdisciplinar que permita ao egresso optar por atuar conforme sua escolha ou em decorrência das necessidades e oportunidades da sua vida profissional, considerando, também, nesse sentido sua capacidade para agir em situações de crise e contribuir com a construção de soluções inovadoras. O profissional deverá, assim, dominar os saberes necessários à elaboração de soluções para problemas em constante transformação.

As novas tecnologias, transformações inerentes à evolução das sociedades, e o estado da arte dos campos disciplinares, igualmente em constante redefinição, impõem renovadas e constantes dinâmicas que devem compreender as ciências sociais, sociais aplicadas, humanas e exatas. Busca-se que a história, a arte, a engenharia, a geografia, as ciências sociais, políticas e econômicas, dentre tantas outras vertentes do conhecimento, possam convergir para construir uma atitude crítica e uma competência propositiva que questionem os rumos da arquitetura e do urbanismo. Assim, é possível imaginar um profissional tecnicamente atento e socialmente solidário cuja formação favoreça uma atuação consciente das necessidades e dos desafios sociais, econômicos e ambientais próprios ao contexto de extrema vulnerabilidade das cidades brasileiras, em pleno século XXI. O enfrentamento desses desafios envolve a busca de soluções para problemas urgentes da habitação, da infraestrutura, da mobilidade e do meio ambiente presentes em partes significativas de nossas cidades.

Para tanto, o curso deverá focar em competências que privilegiem o conhecimento de questões éticas, estéticas, culturais, socioambientais e construtivas, assim como em habilidades para atuar no amplo espectro, onde se destacam: a concepção e execução de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, de projetos relacionados com o patrimônio cultural, ambiental, natural, histórico e artístico; os estudos das questões urbanas em suas diferentes escalas e interfaces ambientais e infraestruturais, da paisagem e dos espaços interiores como representações da organização social.

A atuação responsável do arquiteto e urbanista, a partir da compreensão básica dos fenômenos associados às ciências da natureza, na correlação direta com os aspectos culturais, deve servir como referência para a sua formação. O impacto da indústria da construção civil sobre as questões ambientais em suas diversas fases, desde a extração de matéria-prima, fabricação de materiais, distribuição, utilização e disposição final, impele o curso a introduzir noções e conceitos associados aos ecossistemas urbanos, em suas dimensões e variáveis locais, regionais e globais. A mitigação dos impactos adversos desta cadeia está associada ao domínio dos processos tecnológicos e à pesquisa de inovação. Neste sentido, os aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos—devem ser considerados de forma sinérgica no ensino, na pesquisa e na extensão.

Os desafios do contexto social exigem não apenas o conhecimento técnico, mas uma formação humanista que leve em consideração as narrativas históricas e os processos racionais ou imaginativos inerentes ao ser humano. Exigem, mais além, novas e criativas abordagens frente às tecnologias que transformam meios produtivos, formas de comunicação e informação, comportamentos e práticas. A formação almejada deve, portanto, estar associada às transformações do panorama tecnológico, as quais resultaram em novos padrões projetuais e construtivos associados à otimização de tempo e recursos.

A formação do arquiteto e urbanista está explicitada no Art.5º. da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010.

“Art. 5º O curso de Arquitetura e Urbanismo deverá possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I – o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;

II – a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;

III – as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;

IV – o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

V – os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;

VI – o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;

VII – os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;

VIII – a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;

IX – o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;

X – as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;

XI – as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;

XII – o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;

XIII – a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.”

O respeito aos direitos humanos e à liberdade de expressão, comunicação e informação são conquistas que se transformaram em valores inalienáveis do século XXI. Especificamente, em uma formação que envolve ciências humanas, sociais e exatas, além das artes, destaca-se que a cultura deve ser entendida como a base para o crescimento do ser humano como integrante de um processo de civilidade, conhecimento e percepção: “a diversidade cultural, tão necessária ao ser humano, quanto a biodiversidade é para a natureza, é a herança de toda a humanidade e deve ser reconhecida e entendida como um benefício à atual e às futuras gerações” (UNESCO/UIA, 2017, p.5).

Considera-se ainda que os processos de concepção relacionados com os projetos de arquitetura e urbanismo se renovam pela incorporação das tecnologias digitais. Buscamos assim incentivar a exploração de diferentes meios de investigação e comunicação para estruturar problemas e soluções em espaços de trabalho que incluam o mundo virtual. Nesse contexto, o conhecimento específico deve subsidiar os processos investigativos e não se tornar um fim em si mesmo, sob pena de sua rápida obsolescência.

Mais além, o presente PPC visa proporcionar uma formação ampla, autônoma e transformadora que habilite o egresso a trilhar caminhos distintos, relacionados aos múltiplos aspectos do campo profissional e aos seus interesses, capacitando-o para atuar em equipes interdisciplinares no enfrentamento dos problemas contemporâneos mais complexos do campo da Arquitetura e do Urbanismo.

3 ESTRATÉGIAS

3.1 FLEXIBILIZAÇÃO E AUTONOMIA

Para permitir que os princípios acima definidos se tornem realidade, acredita-se na:

- articulação disciplinar através de variados modos e níveis de integração, otimizando-se assim o plano de estudos dos discentes-além de um melhor aproveitamento integrado dos conteúdos pedagógicos que poderão ser assim abordados a partir de diferentes enfoques;
- estruturação dos ciclos de formação a partir de práticas pedagógicas específicas para cada etapa de desenvolvimento na formação dos discentes;
- criação de uma estrutura pedagógica com capacidade gestora para promover e efetivar, de modo ágil e dinâmico, ações interdisciplinares, no âmbito da UFRJ, e integradas com as ações de extensão e de pesquisa.

A partir dessas ações, o curso ampliará a flexibilidade e a autonomia, tanto na oferta de conteúdos por parte do corpo docente, quanto nas escolhas de percurso acadêmico por parte do corpo discente. A maior flexibilização é obtida através da própria estrutura do novo currículo na qual os estudantes poderão escolher, após concluírem uma etapa de formação comum, as disciplinas cujos conteúdos corresponderão a habilidades específicas com as quais mais se identifiquem. Tal possibilidade de escolha leva a uma maior autonomia por parte do corpo discente, na medida em que cada estudante poderá seguir seu próprio percurso acadêmico. Desse modo, estreita-se a relação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.2 INTEGRAÇÃO COM A PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO

O corpo docente da FAUFRJ possui uma larga e crescente atuação em pesquisa favorecida por uma grande proporção de doutores com regime de dedicação exclusiva (cerca de 90% do corpo permanente). Em função desse perfil docente, algumas ações estratégicas se justificam aqui:

- estímulo a dinâmicas pedagógicas que mobilizem conjuntamente públicos discentes da graduação e da pós-graduação em uma mesma atividade (disciplinas conjuntas, oficinas etc.);
- promoção do ensino baseado na capacidade de problematização;
- reconhecimento e valorização da prática experimental na graduação (ver item 4.1).

Essas ações são potencializadas por um amplo universo de pesquisas que se desenvolvem tanto no âmbito dos laboratórios vinculados aos Departamentos da FAUFRJ, quanto nos dois programas de pós-graduação que têm alcançado nível de excelência nas avaliações da CAPES – o Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ) e o Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB). O objetivo é que a oferta flexibilizada de disciplinas esteja mais fortemente vinculada às pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente.

Essas ações são potencializadas por um amplo universo de pesquisas que se desenvolvem tanto ao nível da graduação quanto da pós-graduação, que têm alcançado nível de excelência nas avaliações do MEC e da CAPES. O objetivo é que a oferta flexibilizada de disciplinas esteja

mais fortemente vinculada às pesquisas desenvolvidas pelos corpos docentes, discente, técnico-administrativo e docentes associados.

Além da pós-graduação, a FAUFRJ conta ainda com um conjunto de espaços dedicados à estreita articulação entre pesquisa e ensino de graduação cuja infraestrutura instalada e a conservação de importantes acervos permitem acolher muitos trabalhos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa:

- Biblioteca Integrada Lucio Costa;
- LABGRAF – Laboratório de Gráfica Digital;
- LabHidro – Laboratório de Saneamento e Sistemas Prediais Hidrossanitários;
- LCE – Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética;
- LEMC – Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção e Estudo dos Solos;
- LIG – Laboratório de Informática da Graduação;
- MEDIATECA;
- NEAC – Núcleo de Estudos em Arquitetura Colonial;
- NPD – Núcleo de Pesquisa e Documentação;
- Oficina de Cerâmica;
- Oficina de Maquetes.

Essa infraestrutura instalada fornece condições favoráveis ao reconhecimento e incremento da prática experimental associada ao formato laboratorial de ensino proposto por este PPC, assim como sua maior valorização através da oferta flexibilizada de disciplinas.

3.3 INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

Uma relevante estratégia do PPC diz respeito à integração com a sociedade, principalmente, às políticas de extensão definidas pela UFRJ em ações desenvolvidas nas modalidades programa, projeto, curso e evento. Na FAUFRJ, existem ações de extensão que permitem que estudantes construam conhecimento conjuntamente com comunidades, escolas, secretarias municipais e estaduais, com órgãos governamentais e outras associações civis.

Mais amplamente, cabe considerar também o papel desempenhado por iniciativas de colaboração pontual com entidades externas pertinentes a determinadas dinâmicas pedagógicas de disciplinas curriculares.

Por fim, além da atividade extensionista e das iniciativas supracitadas, a integração com a sociedade envolve ainda a prática profissional por meio tanto do Estágio Supervisionado quanto do Atelier Universitário e do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da FAUFRJ.

O estudante tem a possibilidade de participar do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), Abricó, cuja atuação segue as diretrizes da extensão universitária, tendo como princípio a não competição com o mercado de trabalho. A prática da extensão universitária tem como principal mobilização o intercâmbio de saberes de maneira não hierárquica, atuando por meio da assessoria técnica e da ATHIS com comunidades organizadas de baixa renda levando em consideração a pluralidade do contexto social em que estamos inseridos.

Essas diferentes modalidades de integração externa encontram-se associadas às seguintes ações estratégicas para o curso:

- incentivo ao ensino baseado em experiências concretas junto à sociedade;
- aproveitamento pedagógico de oportunidades para lidar com a complexidade inerente a processos de materialização de propostas.

3.4 RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

A FAUFRJ se destaca, no universo brasileiro, pela intensidade e diversidade de interlocuções com instituições tanto no âmbito nacional quanto internacional. É desejável que seus estudantes, durante o processo de formação, participem de programas de mobilidade e intercâmbio. Os estudantes são incentivados a desenvolver um período de seus estudos em outras escolas com as quais são mantidos acordos regulares. A dinâmica de intercâmbio também inclui o acolhimento de estudantes de outras instituições que se inserem no Curso por igual período. Em ambos os casos, considera-se essa forma de exposição a diferentes culturas e maneiras de ver a Arquitetura e Urbanismo como uma ação estratégica para a formação dos estudantes.

Para além do incentivo à mobilidade e intercâmbio estudantil, a política de relações interinstitucionais encontra-se associada às seguintes ações estratégicas para o curso:

- cooferecimento de disciplinas com outros cursos, tanto no universo interno à UFRJ no sentido da interdisciplinaridade, quanto com outras instituições de ensino superior na área da arquitetura e urbanismo graças à celebração de acordos específicos;
- intercâmbio em modo remoto, aproveitando e ampliando as possibilidades de interlocução externa e atividade à distância (oficinas, concursos, eventos, cursos de curta duração, bancas, palestras, debates, disciplinas compartilhadas), por meio de mídias digitais intensificadas pela crise sanitária de Covid-19;
- mobilidade e intercâmbio integrado a componente curricular (disciplinas), em tempo integral ou parcial, com previsão de deslocamento externo e trabalho intensivo e devidamente programado realizado em parceria com outra instituição;
- estímulo ao intercâmbio de docentes permitindo e prevendo a atuação de professores visitantes em disciplinas e atividades pedagógicas curriculares e extracurriculares;
- facilitação da automatização de dispensas de disciplinas com a criação de códigos de internacionalização.

4 DIRETRIZES

4.1 PRÁTICAS DIDÁTICAS

Os diferentes conteúdos e métodos didáticos propostos por este PPC têm relação direta com os tipos de espaços onde se desenvolvem e o tempo (carga horária) que lhes é destinado, assim como o número de estudantes recomendado, por atividade, pelos perfis da área e padrões de qualidade estabelecidos pelo MEC. Nesse sentido, são aqui considerados quatro formatos de ensino praticados no curso: o teórico, o projetual, o experimental e o profissional.

A **prática teórica** associa duas principais dinâmicas de ensino ao longo de todo o curso: as aulas expositivas e os seminários. As aulas expositivas têm duração máxima de 2 horas e são ministradas para turmas de 30 estudantes, (podendo superar este número em ocasiões específicas como no caso de palestras). A dinâmica de seminários adota o método dialógico de exame crítico dos problemas e exame crítico entre os alunos dos problemas, teorias, argumentos e conceitos trabalhados em aula, exigindo para isso carga horária podendo variar de 2 ou 4 horas e grupos menores.

A **prática projetual** implica na permanência prolongada, de 4 horas contínuas de duração, necessária ao desenvolvimento, em aula, de trabalho prático por turmas de 15 estudantes, podendo superar este número quando houver dinâmica específica. Essa prática é desenvolvida em diferentes configurações de trabalho e assume diversas dinâmicas de aula como bancas de avaliação e discussões coletivas, trabalho individual ou em grupos com número variável de integrantes.

A **prática experimental** corresponde a aulas teórico-práticas com duração de 2 ou 4 horas para permitir o desenvolvimento individual ou coletivo de experimentos práticos por turmas com uma média de 15 estudantes que mobilizam instrumentos e acervos especializados, podendo ultrapassar este número, como no caso da experiência de integração e nos laboratórios avançados, cursados a partir do sétimo período do curso (ver item 4.3.3).

A **prática profissional** reúne e confere legibilidade às experiências profissionais exigidas para a formação do Arquiteto e Urbanista, mas que, em razão de sua natureza diversa, é organizada e realizada através de Requisitos Curriculares Suplementares ao longo de todo o curso, através das Atividades Curriculares Complementares e da própria Atividade de Extensão, intensificando-se a partir do período possível de validação do Estágio Supervisionado Obrigatório até o momento da conclusão do Curso.

A necessidade de se fortalecer o ensino de projeto, indicada dentre os objetivos do presente PPC (ver item 2.2), permite justificar a decisão de se atribuir uma prioridade para a prática projetual. Para tanto, estabelece que o tempo a ela dedicado se aproxime da metade da carga horária total do Curso.

Observando o fluxo e tempo de integralização, recomenda-se que a oferta de vagas das disciplinas obrigatórias deve considerar no mínimo 110% do total dos ingressantes (132 vagas), respeitando a relação professor/aluno proposta pelo MEC, em função da prática didática.

O curso é de dedicação integral e está estruturado em 10 (dez) períodos letivos. Entendendo ser crescente o número de estudantes que se autossustentam ou participam na composição da renda familiar, a matriz curricular considera a possibilidade de uma distribuição horária que oferece ao estudante maior flexibilidade na organização do seu tempo. Isso proporciona

também melhores condições para participação em atividades complementares e extensão, além de facilitar a compatibilização horária de disciplinas cursadas fora dos períodos indicados (devido a atrasos, reprovações, equivalências parciais etc.).

Para viabilizar esse maior grau de flexibilidade, o presente PPC propõe uma redução da carga horária obrigatória total. O princípio adotado para distribuição desta ao longo do curso é que ela seja mais elevada numa primeira parte e decresça em seguida, quando o estudante terá que se dedicar à validação do Estágio Supervisionado Obrigatório e ao desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso, na FAUUF RJ denominado de Trabalho Final de Graduação (TFG).

A diminuição da carga horária obrigatória total, no entanto, deve vir acompanhada da definição de critérios e parâmetros que limitem o tempo de trabalho extraclasse. Esse que historicamente supera o tempo de aula e sobrecarrega os estudantes, afastando-os de um melhor desempenho e da busca por outros interesses dentro do curso. Considerando também a crescente porcentagem de discentes que trabalham e possuem dificuldade de conciliar suas atividades com o estudo, cria-se um represamento e uma ampliação do prazo de conclusão da graduação. Entendendo que o curso é previsto como integral, a carga horária total dedicada deve incluir o tempo reservado às aulas, às atividades complementares e às atividades extraclasse. A quantidade de horas de trabalho extraclasse decorrente das atividades propostas por uma disciplina deve considerar o horário útil semanal, levando em conta a pluralidade das atividades realizadas na grade obrigatória, fora dela e para além da graduação.

Todas as disciplinas são organizadas em módulos de 2 (duas) horas, não havendo diferença entre a carga horária nominal e a carga horária praticada que adotam ambas a referência única hora/aula de 60 minutos.

A experiência adquirida durante a pandemia de Covid-19, com o uso de plataformas digitais, pode ser aproveitada de forma complementar às práticas presenciais, essenciais à formação em Arquitetura e Urbanismo. O uso de plataformas virtuais para comunicação e organização se mostraram eficientes e podem ser utilizadas como apoio ao ensino presencial. Quando pertinente, considera-se a possibilidade de explorar o modo remoto no sentido de potencializar essa formação, seguindo sempre as recomendações definidas no âmbito da UFRJ e definido e avaliado previamente em Congregações da FAUUF RJ de maneira contínua. Cabe à Direção da FAUUF RJ buscar a viabilização dessas atividades.

4.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação a serem adotados devem seguir as regras e padrões estabelecidos pela UFRJ para todos os cursos de graduação.

Os critérios específicos a cada disciplina e RCS são estabelecidos pelos docentes responsáveis em função do tipo de prática didática adotada: teórica, projetual, experimental ou profissional (ver item 4.1), sendo explicitados no início do semestre letivo.

O planejamento de um calendário de entregas e avaliações deverá ser discutido nas Coordenações de Ciclos e no Conselho Departamental e disponibilizado aos discentes para promover um equilíbrio e constância da carga de trabalho ao longo do semestre. Cada disciplina deve apresentar seu plano de curso no início do semestre, incluindo os critérios de avaliação. Deve-se buscar um equilíbrio entre turmas de uma mesma disciplina quanto aos trabalhos e produtos cobrados.

4.3 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular proposta pelo presente PPC é organizada em **três ciclos** de formação: o primeiro, chamado de '**Básico**' com duração de um ano (dois períodos), o segundo de '**Intermediário**', com dois anos (quatro períodos) e o terceiro, '**Avançado**', também com duração de dois anos (quatro períodos).

4.3.1 CICLO BÁSICO

O Ciclo Básico está voltado para a aproximação do estudante com o mundo da Arquitetura e do Urbanismo acolhendo, desde o princípio, sua natureza complexa e diversa. O Ciclo Básico visa sensibilizá-lo para a experiência com a cidade e sua arquitetura, bem como despertar e instrumentalizar sua capacidade reflexiva e de criação. Ao final dos dois primeiros períodos espera-se a construção de uma base de competências e habilidades, bem como de uma cultura arquitetônica preliminar comum.

O Ciclo Básico visa conferir familiaridade com o processo de criação formal e espacial, suas lógicas estruturais e princípios construtivos, a percepção de suas qualidades ambientais e visuais, bem como suas relações contextuais. Nesse processo, pretende-se que se desenvolva a capacidade imaginativa, o raciocínio espacial abstrato e habilidades básicas ligadas a diferentes modos de representação visual do objeto arquitetônico e seu sítio, entendidas como recursos indispensáveis para sua compreensão e concepção. Tais competências, associadas à compreensão de conceitos teóricos, contribuirão para o reconhecimento da arquitetura como elemento constitutivo e inerente à cidade, entendida como produção resultante de processos técnicos, históricos, sociais e culturais. Assim, se enfatizará neste momento inicial do curso, a importância da arquitetura da cidade, adotando como estudo de caso a própria Cidade do Rio de Janeiro, que servirá de campo para introdução de conceitos próprios à história da arquitetura e do urbanismo.

A introdução a esse amplo espectro de competências e habilidades inter-relacionadas implica em um duplo desafio. Por um lado, significa criar oportunidades para o exercício detido e concentrado de saberes e por outro, relacioná-los entre si. Tais desafios se somam a um dos objetivos gerais que guiam este projeto: a mitigação de fragmentação de conteúdos graças a sua maior articulação que permita oferecer experiências de imersão. Deste modo, a estrutura curricular do Ciclo Básico propõe uma redução do número de disciplinas por meio da integração entre setores e departamentos.

4.3.2 CICLO INTERMEDIÁRIO

Dando sequência à sensibilização proporcionada no primeiro ano, o Ciclo Intermediário, composto por quatro períodos foca seus esforços na capacitação em diferentes campos de atuação do arquiteto e urbanista, da concepção do edifício e detalhamento de seus espaços internos ao projeto urbano e paisagístico e planejamento do território, privilegiando sempre o papel social da formação pública. Destacam-se, assim, temas como o da concepção de equipamentos públicos, da habitação coletiva, do patrimônio e das técnicas sustentáveis.

A dinâmica pedagógica desse Ciclo toma por referência o conceito de integração entre disciplinas de diferentes Departamentos em torno do ensino de projeto. Parte para tanto de uma avaliação dos 15 anos de existência da experiência de integração praticada na FAUFRJ no âmbito do Ateliê Integrado I e propõe a sua substituição pelo alinhamento de conteúdos.

O alinhamento de conteúdos define-se como a alocação de conteúdos ao longo da matriz curricular e em diversas disciplinas em função de afinidades horizontais (dentro do mesmo período) e por continuidades verticais (entre períodos diferentes). O alinhamento de conteúdos deve constituir a base de qualquer formatação de integração.

Muito mais que uma simples sucessão de quatro períodos na matriz curricular, o desenho do Ciclo Intermediário define-se em função de um duplo cruzamento de diferentes graus de integrações horizontais e verticais entre disciplinas e semestres que o compõem. A integração horizontal visa favorecer o reconhecimento e a valorização do espaço do ateliê e da prática projetual como principal formato pedagógico do Ciclo. Para tanto, a integração horizontal em cada semestre mobilizará principalmente as disciplinas que adotam a prática projetual como formato de ensino.

No que tange à integração vertical, o Ciclo Intermediário propõe uma série de alinhamentos de conteúdos entre os semestres que o compõem. A ideia com isso é oferecer a possibilidade de desenvolvimento e aprofundamento de determinados conteúdos, tão importante para a efetiva capacitação que o Ciclo pretende proporcionar e que o tempo de um semestre muitas vezes não permite viabilizar. Esse aprofundamento diz respeito às práticas teóricas e experimentais (por exemplo, um projeto de um período pode ser aprofundado por disciplinas do período seguinte).

Ao mesmo tempo em que preserva certa autonomia aos conteúdos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Ciclo Intermediário pretende assim, período a período, tornar suas relações paulatinamente mais inteligíveis para o estudante. O propósito é ajudar a construir a base de uma formação mais consciente da complexidade e amplitude do campo da Arquitetura e do Urbanismo que lhe permita optar, no Ciclo Avançado, por diferentes rotas e formas de aprofundamento.

4.3.3 CICLO AVANÇADO

O Ciclo Avançado constitui o terceiro e último segmento do Curso e tem duração de dois anos voltados à qualificação diferenciada e flexibilizada do estudante, uma vez que este define seu próprio percurso acadêmico, tendo como objetivo o desenvolvimento da autonomia crítica em preparação para as escolhas do TFG. A oferta de disciplinas deve garantir a construção dialógica do conhecimento e, para isso, privilegiar a interação entre docentes e discentes.

Nesse momento do curso, e além da oferta de eletivas de livre escolha, a matriz curricular é composta por três formatos de disciplinas que conformam cada um deles um grupo de escolha restrita:

- um primeiro grupo é o dos **'Seminários Avançados'** que reúne uma oferta variada de disciplinas teóricas interessadas no aprofundamento de temas com recortes específicos, com a dinâmica metodológica da discussão coletiva a partir de textos, tendo a prática da construção de narrativas e de reflexões críticas como principal objetivo;
- o segundo corresponde aos **'Ateliês Avançados'** que são as disciplinas de projeto pautadas por agendas projetuais explícitas dos docentes que as oferecem e tendo como objetivo uma produção projetual capaz de explorar situações e estruturar problemas no sentido da busca por inovação;

- o terceiro grupo é formado pelos '**Laboratórios Avançados**' que propõem um método de ensino-aprendizagem que articula conhecimentos teóricos com a experimentação prática capaz de produzir simulações, ensaios e modelos digitais ou físicos.

O Ciclo Avançado se inicia, no sétimo período, por uma experiência de integração mobilizada pelo desenvolvimento de um tema comum às três práticas: teórica, projetual e experimental, remetendo respectivamente aos dispositivos do seminário, do ateliê e do laboratório. O objetivo pedagógico desse momento de integração é a definição do projeto como construção de problema que, dado o caráter simbólico para um curso em uma universidade pública, advirá do enfrentamento de situações complexas e afeitas ao campo do patrimônio, compreendendo arquitetura, urbanismo e paisagem urbana. Neste sentido, o projeto deve se afirmar como posicionamento crítico, propondo abordagens distintas da questão da pré-existência na contemporaneidade, considerando teorias contemporâneas de intervenção, estratégias de transformação urbana e soluções técnicas, construtivas e de conforto ambiental (na escala urbana e arquitetônica). O alinhamento dos conteúdos das disciplinas permitirá convergência para a prática projetual, construindo entre os grupos de trabalho espaços de reflexão e debate, ao longo do período, com vistas a consolidar a autonomia e pensamento amadurecido dos discentes. Eletivamente, os discentes poderão cursar disciplina voltada ao conteúdo técnico de estruturas, como consultoria sobre os projetos em desenvolvimento.

A dinâmica pedagógica do Ciclo Avançado, consecutiva à integração do sétimo período, é horizontal, ou seja, as disciplinas que o compõem não estão vinculadas por pré-requisitos e podem ser cursadas em qualquer ordem de acordo com a escolha do estudante e suas condições de prioridade de inscrição em disciplinas. As disciplinas do Ciclo Avançado se diferenciam assim em função das abordagens teóricas e programáticas, dos métodos de ensino e das atuações vinculadas à pesquisa, à extensão e às demais disciplinas, conforme a equipe de docentes e participantes externos.

O Ciclo prioriza especificidades relacionadas com o perfil de competências do corpo docente, formato de aulas e papel desempenhado por cada departamento. Para dar conta dessa necessidade, cada grupo de escolha restrita fica prioritariamente vinculado aos departamentos que possuem mais afinidade com o perfil dos conteúdos que o compõem, sem exclusão dos demais. Assim, este PPC estabelece que:

- a responsabilidade pela oferta mínima de disciplinas, turmas e vagas para cada um dos grupos deve obedecer ao princípio da proporcionalidade de corpo docente disponível, ou seja, aquele que não se encontra mobilizado pela oferta de disciplinas obrigatórias nos Ciclos Básico e Intermediário;
- nos Seminários Avançados (Grupo 1 de escolha restrita), a responsabilidade pela oferta mínima de 240 vagas será garantida pelos departamentos de História e Teoria (120 vagas), de Urbanismo e Meio Ambiente (90 vagas) e de Projeto de Arquitetura (30 vagas), considerando-se o número máximo exigível de 35 vagas por turma;
- nos Seminários Avançados (Grupo 1 de escolha restrita), a responsabilidade pela oferta mínima de 240 vagas será garantida pelos departamentos de História e Teoria (120 vagas), de Urbanismo e Meio Ambiente (90 vagas) e de Projeto de Arquitetura (30 vagas), observando a relação professor/aluno conforme o documento "Perfis da Área & Padrões de Qualidade" do MEC;
- nos Ateliês Avançados (Grupo 2 de escolha restrita), a responsabilidade pela oferta mínima de 240 vagas será garantida pelos departamentos de Projeto de Arquitetura (120 vagas), de Urbanismo e Meio Ambiente (90 vagas) e de Análise e Representação

da Forma (30 vagas), observando a relação professor/aluno conforme o documento "Perfis da Área & Padrões de Qualidade" do MEC;

- nos Laboratórios Avançados (Grupo 3 de escolha restrita), a responsabilidade pela oferta mínima de 240 vagas será distribuída pelos departamentos de Tecnologia da Construção (80 vagas), de Análise e Representação da Forma (60 vagas), de Estruturas (80 vagas) e de Projeto de Arquitetura (20 vagas), observando a relação professor/aluno conforme o documento "Perfis da Área & Padrões de Qualidade" do MEC;
- a coordenação do Ciclo ficará responsável pela gestão da oferta de vagas nas disciplinas, partindo da previsão de 240 vagas que pode sofrer ajuste em função da demanda real de vagas e das possibilidades dos departamentos, referenciada pela proporção acima indicada;
- Em cada grupo, as propostas de conteúdo e composição de disciplinas e códigos serão divulgadas pela coordenação do Ciclo Avançado em data que antecede o período de inscrições em disciplinas, cabendo aos departamentos o encaminhamento das propostas à Coordenação de Ciclo em prazo hábil.
- para estimular a produção e engajamento acadêmico serão pautados interesses e debatidos temas de relevância para o corpo discente. Cabe à Coordenação do Ciclo Avançado e aos Departamentos considerar e estimular a participação estudantil nesta formulação, procurando atender o proposto pelos estudantes.

Uma mesma disciplina pode ser cooferecida por docentes de diferentes departamentos. Essa parceria entre departamentos pode também ocorrer pela oferta conjugada de duas ou mais disciplinas a ser previamente divulgada, sem a necessidade de enquadramento como correquisito, preservando assim a flexibilidade da matriz curricular e agilidade da atualização na oferta de conteúdos.

O Trabalho Final de Graduação (TFG) também integra o Ciclo Avançado, que se desenvolve por meio da participação específica do docente-orientador (ver item 5.5.1). Essa vinculação justifica-se pela ideia de que sua definição e orientação tenham sinergia com as escolhas e atividades realizadas pelo estudante ao longo do Ciclo Avançado, assim como pela experiência acumulada na realização das práticas profissionais (Atividades Complementares, Extensão e Estágio Supervisionado). O TFG deixa assim de ser entendido como simples síntese de conhecimentos adquiridos durante o Curso para assumir a condição de uma real contribuição do estudante para a construção do conhecimento em Arquitetura e Urbanismo – um justo retorno do investimento público da sociedade para sua formação. Trata-se, portanto, de reconhecer e valorizar a importância que o TFG pode ter na produção de conhecimento pela Universidade, como também na transformação do próprio campo de competências e atuação profissional do arquiteto e urbanista.

5 ESTRUTURA CURRICULAR

5.1 MATRIZ CURRICULAR

A estrutura curricular com a distribuição das disciplinas obrigatórias por período é apresentada a seguir e detalhada na Ficha CEG04. Integram também essa matriz os Requisitos Curriculares Suplementares obrigatórios (RCS) vinculados ao Trabalho Final de Graduação cujas práticas didáticas são definidas por regulamento específico (ver item 5.5.1).

CICLO BÁSICO

TIPO	DEP.	SIGLA	NOME
------	------	-------	------

PERÍODO 1

Teórica	DHT	HIS1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA I
	DPUR	HTU1	HISTÓRIA E TEORIAS URBANAS I
Projetual	DARF	EXP1	EXPRESSÃO I
	DARF	CFA1	CONCEPÇÃO DA FORMA ARQUITETÔNICA I
Experimental	DARF	GDA1	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA I
	DTC	CON1	CONSTRUÇÃO I
	DE	ISE	INTRODUÇÃO AOS SISTEMAS ESTRUTURAIS
Profissional	FAU	EXT	ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO

PERÍODO 2

Teórica	DPUR	HTU2	HISTÓRIA E TEORIAS URBANAS II
Projetual	DARF	EXP2	EXPRESSÃO II
	DARF	CFA2	CONCEPÇÃO DA FORMA ARQUITETÔNICA II
Experimental	DARF	GDA2	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA II
	DHT	EPS	ESPAÇO, PERCEPÇÃO E SOCIEDADE
	DE	MDE	MECÂNICA DAS ESTRUTURAS
Profissional	FAU	ACC	ATIVIDADE CURRICULAR COMPLEMENTAR

CICLO INTERMEDIÁRIO

TIPO	DEP.	SIGLA	NOME
------	------	-------	------

PERÍODO 3

Teórica	DHT	HIS2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA II
Projetual	DPUR	PUP1	PROJETO URBANO E DA PAISAGEM I
	DPA	PA1	PROJETO DE ARQUITETURA I
Experimental	DARF	EXP3	EXPRESSÃO III
	DTC	TOPO	TOPOGRAFIA
	DE	MDM	MECÂNICA DOS MATERIAIS

PERÍODO 4

Teórica	DHT	HIS3	HISTÓRIA DA ARQUITETURA III
Projetual	DPUR	PUP2	PROJETO URBANO E DA PAISAGEM II
	DPA	PA2	PROJETO DE ARQUITETURA II
Experimental	DTC	AMB	CONFORTO AMBIENTAL
	DTC	SP1	SISTEMAS PREDIAIS I
	DE	CA1	CONCRETO ARMADO I

PERÍODO 5

Teórico	DHT	HIS4	HISTÓRIA DA ARQUITETURA IV
Projetual	DPUR	PUP3	PROJETO URBANO E DA PAISAGEM III
	DPA	PA3	PROJETO DE ARQUITETURA III
Experimental	DTC	CON2	CONSTRUÇÃO II
	DTC	SAU	SANEAMENTO URBANO
	DE	CA2	CONCRETO ARMADO II
Profissional	FAU	EST	ESTÁGIO SUPERVISIONADO

PERÍODO 6

Teórica	DHT	TEO	TEORIA DA ARQUITETURA
Projetual	DPUR	PUP4	PROJETO URBANO E DA PAISAGEM IV
	DPA	PA4	PROJETO DE ARQUITETURA IV
Experimental	DTC	SP2	SISTEMAS PREDIAIS II
	DTC	CON3	CONSTRUÇÃO III
	DE	AMA	AÇO E MADEIRA

CICLO AVANÇADO

TIPO	DEP.	SIGLA	TÍTULO
------	------	-------	--------

PERÍODO 7

Teórico	DHT	STP	SEMINÁRIO TEÓRICO EM PATRIMÔNIO
Projetual	DPUR	PUP5	PROJETO URBANO E DA PAISAGEM V
	FAU	ATIN	ATELIÊ INTEGRADO
	DPA	PA5	PROJETO DE ARQUITETURA V
Experimental	DTC	LCA	LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL

PERÍODO 8

Teórica	*	SEM	SEMINÁRIO AVANÇADO (GRUPO 1)
Projetual	*	ATL	ATELIÊ AVANÇADO (GRUPO 2)
	FAU	AVI 1-3	ATELIÊ AVANÇADO INTEGRADO I / III (GRUPO 2)
Experimental	*	LAB	LABORATÓRIO AVANÇADO (GRUPO 3)
Profissional	DTC	GPP	GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETO
	FAU	EPP	ÉTICA E PRÁTICA PROFISSIONAL

PERÍODO 9

Teórica	*	SEM	SEMINÁRIO AVANÇADO (GRUPO 1)
Projetual	*	ATL	ATELIÊ AVANÇADO (GRUPO 2)
	FAU	AVI 2-4	ATELIÊ AVANÇADO INTEGRADO II / IV (GRUPO 2)
Experimental	*	LAB	LABORATÓRIO AVANÇADO (GRUPO 3)
Profissional	FAU	TFG1	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO I

PERÍODO 10

Profissional	FAU	TFG2	TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO II
--------------	-----	------	--------------------------------

*Oferta segundo item 5.4.2

5.2 GRADE CURRICULAR

	PRIMEIRO CICLO – BÁSICO		SEGUNDO CICLO – INTERMEDIÁRIO				TERCEIRO CICLO – AVANÇADO				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
TEÓRICA	HIS 1 HTU 1	HTU 2	HIS 2	HIS 3	HIS 4	TEO	STP	SEMINÁRIO (OPT – GRUPO 1)			
PROJETUAL	EXP 1 CFA 1	EXP 2 CFA 2	PUP 1 PA 1	PUP 2 PA 2	PUP 3 PA 3	PUP 4 PA 4	PUP 5 PA 5 AT.IN	ATELIÊ (OPT – GRUPO 2)	ATELIÊ AVANÇADO INTEGRADO (OPT – GRUPO 2)		
	GDA 1 CON 1 ISE	GDA 2 EPS MDE	EXP 3 TOPO MDM	AMB SP 1 CA 1	CON2 SAU CA 2	SP 2 AMA CON 3	LCA	LABORATÓRIO (OPT – GRUPO 3)			
PROFISSIONAL							GPP				
							EPP				
							ESTAGIO SUPERVISIONADO				
	ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES										
EXTENSÃO											
DISCIPLINAS DE ESCOLHA CONDICIONADA E DE LIVRE ESCOLHA											
									TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO I		
										TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO II	

5.3 CARGA HORÁRIA E CRÉDITOS

COMPONENTE CURRICULAR	CH Total	Créditos
DISCIPLINAS	3.300	175
Disciplinas Obrigatórias	2.700	143
Disciplinas de Escolha Restrita	480	24
Disciplinas de Escolha Condicionada	60	4
Disciplinas de Livre Escolha	60	4
REQUISITOS CURRICULARES SUPLEMENTARES (RCS)	800	9
Trabalho Final de Graduação I	60	1
Trabalho Final de Graduação II	90	2
Estágio Supervisionado	120	3
Atividades Curriculares Complementares	120	3
Atividades de Extensão	410	0
TOTAL DO CURSO	4.100	184

5.4 DISCIPLINAS

5.4.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As disciplinas obrigatórias possuem ementas fixas e são as mesmas adotadas por todas as turmas.

5.4.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE ESCOLHA RESTRITA (PERÍODOS 8 E 9)

As Disciplinas de Escolha Restrita estão todas localizadas no Ciclo Avançado e têm o Trabalho Integrado do 7º período como pré-requisito. Elas estão organizadas em 3 grupos que remetem às três práticas didáticas que estruturam o curso: Seminários (prática teórica), Ateliês (prática projetual) e Laboratórios (prática experimental).

5.4.2.1 GRUPO 1 – SEMINÁRIOS AVANÇADOS

Os Seminários Avançados possuem ementas genéricas permitindo adequar os conteúdos oferecidos a cada semestre às atividades desenvolvidas na pesquisa, na extensão ou ainda em campos específicos de atuação profissional pelos docentes que as ministram. O grupo reúne disciplinas oferecidas pelo Departamento de História e Teoria (DHT), pelo Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR) e pelo Departamento de Projeto de Arquitetura (DPA), mas inclui também a possibilidade de oferta por qualquer outro departamento da FAUFRJ, desde que tenha como objetivo a produção de textos analíticos e críticos a partir das bases teóricas estudadas.

5.4.2.2 GRUPO 2 – ATELIÊS AVANÇADOS

Os Ateliês Avançados distinguem-se pelo ensino de projeto pautado por agendas específicas, informadas por avanços nas atividades de pesquisa, extensão ou ainda pela atuação profissional dos docentes que as ministram. As disciplinas que compõem os Ateliês Avançados possuem ementas genéricas, permitindo que a cada período abriguem conteúdos específicos que refletem estas agendas. Neste sentido é esperado que cada Ateliê Avançado torne explícitos, em seu plano de curso, aspectos-chaves de sua agenda projetual, tais como: métodos e ferramentas de concepção, repertório de referências, estratégia de representação e visualização, referenciais teóricos e conceituais, compromissos com tecnologias construtivas, temas ou problemas de projeto propostos. Além disso, é esperada a divulgação em formato resumido das agendas projetuais de cada Ateliê Avançado à comunidade discente previamente ao período de inscrição em disciplinas. Esta divulgação caberá à Coordenação do Ciclo Avançado, junto à Diretoria Adjunta de Graduação por meio dos canais oficiais da FAUFRJ.

5.4.2.3 GRUPO 3 – LABORATÓRIOS AVANÇADOS

Os Laboratórios Avançados dedicam-se a experimentações relacionadas com as atividades desenvolvidas na pesquisa, na extensão ou ainda em campos específicos de atuação profissional pelos docentes que as ministram.

5.4.3 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE ESCOLHA CONDICIONADA

São todas as disciplinas eletivas previstas no currículo da FAUFRJ, fora de grupo restrito, que o estudante pode optar por cursar ao longo de todo o curso, observadas as especificidades e restrições de pré-requisitos.

5.4.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE LIVRE ESCOLHA

São todas as disciplinas escolhidas livremente pelo estudante em qualquer curso da UFRJ, observadas as especificidades e restrições de pré-requisitos.

5.5 REQUISITOS CURRICULARES SUPLEMENTARES

Os Requisitos Curriculares Suplementares serão mais amplamente reconhecidos face à sua importância na formação do estudante, permitindo uma maior flexibilização das atividades e experiências adquiridas ao longo do Curso. Os Requisitos Curriculares Suplementares incluem o Trabalho Final de Graduação, o Estágio Supervisionado, as Atividades Complementares e as Atividades de Extensão.

5.5.1 TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

Os princípios gerais que norteiam a organização do TFG seguem a tradição do ensino da FAUFRJ e se coadunam com o texto do artigo art. 9º da Resolução MEC-CNE-CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6, de 2006, transcrito a seguir:

Art. 9º – O Trabalho de Curso é componente curricular obrigatório e realizado ao longo do último ano de estudos, centrado em determinada área teórico-

prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa, e observará os seguintes preceitos:

I – Trabalho individual, com tema de livre escolha do aluno, obrigatoriamente relacionado com as atribuições profissionais;

II – Desenvolvimento sob a supervisão de professor orientador, escolhido pelo estudante entre os docentes do curso, a critério da Instituição;

Parágrafo único. A instituição deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração.

Em um estudo de um ano, com elevado grau de complexidade, o(a) estudante da FAUFRJ deverá realizar um trabalho concebido e desenvolvido inteiramente por ele(a) centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional necessariamente relacionado com as atribuições profissionais (Lei 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, descritos em seu Art. 2º.). Para o desenvolvimento do trabalho o(a) estudante pode dedicar-se de modo mais enfatizado:

- à reflexão teórica para o aprofundamento de tema ou questão pertinente ao campo da Arquitetura e do Urbanismo, gerando um documento com um perfil monográfico;
- ao experimento laboratorial motivado por questões relacionadas com a solução de um determinado problema arquitetônico ou urbanístico, gerando modelos reais ou virtuais e um documento descritivo (gráfico e textual) do processo;
- à concepção de um projeto, observando a variedade dos campos de atuação – arquitetura das edificações, arquitetura de interiores, arquitetura paisagística, planejamento urbano, desenho urbano –, gerando um conjunto de documentos, essencialmente gráficos.

O Trabalho Final de Graduação é desenvolvido em um ano (no mínimo em dois períodos letivos) sob a orientação de docente(s) da FAUFRJ. Cumpre os Requisitos Curriculares Suplementares (RCS) obrigatórios: Trabalho Final de Graduação I (TFG1), que possui carga horária de 60h e 1 crédito; e Trabalho Final de Graduação II (TFG2), com carga horária de 90h e 2 créditos. A inscrição em TFG2 é condicionada ao cumprimento da carga horária e dos créditos dos Grupos de Escolha Restrita 1, 2 e 3.

O objetivo geral do trabalho é representar a competência do(a) estudante para o exercício profissional da Arquitetura e do Urbanismo, de modo alinhado com o presente Projeto Pedagógico do Curso.

Os objetivos específicos do trabalho devem:

- refletir a capacidade criativa e habilidade do(a) estudante para formular e responder questões inerentes ao campo da Arquitetura e Urbanismo;
- demonstrar a complexidade, relevância e atualidade do objeto selecionado;
- construir o embasamento teórico-conceitual e metodológico, e as metas para o seu pleno desenvolvimento;
- evidenciar a adequação dos recursos técnicos de expressão, ao objeto de estudo;
- demonstrar sua exequibilidade técnica quando pertinente.

Entende-se que a dinâmica, dispositivos de suporte, avaliação com atribuição de grau, gestão e participação serão objetos de Regulamento específico do Requisito Curricular Suplementar 'Trabalho Final de Graduação' cuja atualização, mais ágil do que a do próprio PPC, deve contribuir e manter sintonia com a revisão continuada do Curso conduzida pelo NDE, ouvida a

Comissão Coordenadora do TFG (ver item 8.2.5.3) Cabe à Comissão Coordenadora do TFG o desenvolvimento operacional e sua avaliação continuada.

5.5.2 ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio Supervisionado Obrigatório segue a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Lei 11.788, Art. 1º).

A Resolução 2 de 2010 do MEC, em seu artigo 7º, destaca a importância do papel da instituição no acompanhamento do Estágio

O estágio curricular supervisionado deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório, cabendo à Instituição de Educação Superior, por seus colegiados acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, abrangendo diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

§ 2º Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades sejam distribuídas ao longo do curso.

§ 3º A instituição poderá reconhecer e aproveitar atividades realizadas pelo aluno em instituições, desde que contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

O Estágio Supervisionado na Universidade Federal do Rio de Janeiro é regido pela Resolução CEG 12 de 2008.

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo, faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o processo de formação do estudante.

§1º O Estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O Estágio Supervisionado Obrigatório tem por objetivos:

- Introduzir o ambiente profissional ao estudante objetivando o seu contato com as diferentes atividades e atribuições do arquiteto e urbanista, reconhecidas pela Lei Federal 12.378, de 31/12/2010;
- Desenvolver um pensamento crítico sobre a prática e o exercício profissional, enfatizando as questões de ética e a função social da profissão;

- Ampliar a discussão sobre a Responsabilidade Técnica do Projeto, sua coordenação e gestão.

A partir do 5º período do Ciclo Intermediário, o estudante poderá desenvolver seu Estágio Supervisionado em empresas conveniadas pela UFRJ (Convênio de Concessão de Estágio), cumprindo um período mínimo de 15 semanas – equivalente a um período letivo – ao qual será atribuído 180 horas e 6 créditos. Nada impede que o estudante desenvolva outros estágios ao longo do curso, mas apenas 1 (um) será reconhecido para validação.

A partir do 5º período do Ciclo Intermediário, o estudante poderá desenvolver seu Estágio Supervisionado em empresas conveniadas pela UFRJ (Convênio de Concessão de Estágio), cumprindo um período mínimo de 15 semanas – equivalente a um período letivo – ao qual será atribuído 120 horas e 3 créditos. O Estágio Supervisionado Obrigatório será creditado no momento da conclusão do Curso. Nada impede que o estudante desenvolva outros estágios ao longo do curso, mas apenas 1 (um) será reconhecido para validação, não sendo permitida a permanência de mais de 2 (dois) anos na mesma parte concedente, exceto quando se tratar de Pessoa com Deficiência (PcD).

Entende-se que a dinâmica, dispositivos de suporte, avaliação, gestão e participação serão objetos de Regulamento específico do Requisito Curricular Suplementar ‘Estágio Supervisionado’ cuja atualização, mais ágil do que a do próprio PPC, deve contribuir e manter sintonia com a revisão continuada do Curso conduzida pelo NDE.

5.5.3 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES (ACC)

As Atividades Complementares são determinadas na Resolução 2 do MEC, artigo 8º:

As atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando e deverão possibilitar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive as adquiridas fora do ambiente acadêmico, que serão reconhecidas mediante processo de avaliação.

§ 1º As atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, até disciplinas oferecidas por outras instituições de educação.

§ 2º As atividades complementares não poderão ser confundidas com o estágio supervisionado.

As Atividades Complementares têm por objetivo:

- Estimular a diversificação das experiências dos estudantes fora do ambiente acadêmico;
- Flexibilizar a formação respeitando e reconhecendo os interesses individuais de cada estudante.

As Atividades Complementares deverão ser realizadas ao longo do Curso, do 1º ao 10º período. São organizadas em 4 grupos de naturezas distintas – Ensino, Pesquisa, Representação e Qualificação –, sendo de livre escolha a participação do estudante em cada uma delas.

A definição da quantidade de horas atribuída a cada atividade deve considerar o grau de complexidade e envolvimento para sua realização assim como o estímulo à diversidade de experiências. Tanto a quantidade de horas quanto o tipo de atividade serão periodicamente

revisados pelo NDE em função da evolução das possibilidades e oportunidades de atuação do(a) estudante no campo da Arquitetura e do Urbanismo.

As Atividades Curriculares Complementares atribuem um total de 120 horas e 3 créditos, mediante a apresentação da documentação comprobatória a ser avaliada pela Coordenação Executiva de Graduação. As Atividades Curriculares Complementares serão creditadas no momento da conclusão do Curso.

Entende-se que a dinâmica, dispositivos de suporte, avaliação, gestão e participação serão objetos de Regulamento específico do Requisito Curricular Suplementar 'Atividades Complementares' cuja atualização, mais ágil do que a do próprio PPC, deve contribuir e manter sintonia com a revisão continuada do Curso conduzida pelo NDE.

5.5.4 ATIVIDADES DE EXTENSÃO²

Inicialmente definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em 2010, a Extensão na Educação Superior Brasileira é regulamentada pela Res. nº. 7/2018 que estabelece como Diretrizes “os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país”.

Conforme o Art. 3º. da Res. nº7, a “Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa”.

À sua vez, a UFRJ apresenta, em seus objetivos estratégicos, orientação de modo a “proporcionar à sociedade brasileira os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora”.

São 5 (cinco) as diretrizes orientativas tanto à formulação, quanto à implementação das Ações de Extensão Universitária, a saber:

- Interação dialógica:

Esta diretriz orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Pressupõe uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade.

² A Política Nacional de Extensão é pactuada pelas Instituições Públicas de Educação Superior, reunidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), tendo como referência o Plano Nacional de Extensão, publicado em novembro de 1999 (que atualmente encontra-se em revisão), o documento Política Nacional de Extensão Universitária, dentre outros documentos básicos. Este capítulo é baseado mais fortemente nos seguintes documentos: 1) Resolução Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 7/2018. 2) Resolução CONSUNI/UFRJ nº 12/2019.

Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão.

- Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade:

O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holística [possa] ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

- Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão:

[Baseado nesta diretriz] o eixo pedagógico clássico ‘estudante - professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante – professor – comunidade’. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser um mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo.

Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo, de forma a apreender saberes e práticas ainda não sistematizados, aproximar-se dos valores e princípios que orientam as comunidades e, assim, contribuir para sua transformação em direção à justiça, solidariedade e democracia.

No âmbito da relação Extensão – Pesquisa, esta Política propugna fortemente o desenvolvimento de dois processos na vida acadêmica. O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós-graduação em atividades extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento – a Extensão Universitária – pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado e doutorado, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais.

- Impacto na formação do estudante:

[A partir desta diretriz, fica registrado que] as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. Esses resultados possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que permitem a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.

- Impacto na transformação social:

A diretriz ‘Impacto e Transformação Social’ reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população, e propiciadora do

desenvolvimento social e regional e de aprimoramento das políticas públicas. Com essa diretriz, espera-se configurar nas ações extensionistas as seguintes características: (i) priorização de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre o qual incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

No âmbito da Unidade e coadunada com as metas de Extensão contidas no Plano Nacional de Educação, o Curso deve desenvolver projetos que promovam, primordialmente:

- melhorias no espaço urbano e no equipamento público;
- melhorias nas condições de habitabilidade;
- melhoria da acessibilidade e mobilidade nos espaços livres e edificados;
- cursos e eventos que capacitem e conscientizem a sociedade da importância da qualidade dos espaços livres e edificados;
- cursos e eventos que capacitem a sociedade nas técnicas de representação espacial.

A Diretoria Adjunta de Extensão deve adotar medidas que promovam uma oferta mínima de vagas em ações de extensão condizente com as demandas do curso e quantidade de estudantes ativos. Estas ações devem ser devidamente previstas e divulgadas para o corpo discente e estimuladas entre o corpo docente.

As Atividades de Extensão podem ser realizadas ao longo do Curso, variando conforme os pré-requisitos definidos para cada qual. Todas as Ações de Extensão deverão estar cadastradas no SIGA, e poderão ser de 5 (cinco) categorias de atuação: (1) programas; (2) projetos; (3) cursos e oficinas; (4) eventos e (5) prestação de serviços, definidas pela Plenária de Extensão da UFRJ e pelo recém-instituído Conselho de Extensão Universitária - CEU.

As Atividades de Extensão podem ser realizadas ao longo do Curso, variando conforme os pré-requisitos definidos para cada qual. Todas as Ações de Extensão deverão estar cadastradas no SIGA, e poderão ser de 5 (cinco) categorias de atuação: (1) programas; (2) projetos; (3) cursos e oficinas; (4) eventos e (5) prestação de serviços, definidas pela Plenária de Extensão da UFRJ e pelo Conselho de Extensão Universitária - CEU.

As modalidades, previstas acima, incluem, além dos programas institucionais, eventualmente também as de natureza governamental, que atendam a políticas municipais, estaduais, distrital e nacional.

As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio. [Desta forma, avalia-se que será] possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os

conhecimentos gerados. Atualmente, o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) é o instrumento de sistematização via web das atividades de Extensão.

Todas as horas computadas nas ações de Extensão serão automaticamente creditadas no Boletim de Orientação Acadêmica - BOA - do estudante no RCS FAWZ50.

As Atividades de Extensão serão avaliadas diretamente no SIGA, com relatórios periódicos, e sua aprovação seguirá os mesmos critérios de aprovação estabelecidos pelo Curso em conformidade com os critérios da UFRJ. O estudante cumprirá um total de 455 horas de Atividades de Extensão, isto é 10% (dez) da carga horária total do Curso, conforme a Lei N. 11.003, de 25/06/2014, Plano Nacional de Educação, Meta 12.7 e Res. CNE/CES no. 7 de 18/12/2018.

As Atividades de Extensão serão avaliadas diretamente no SIGA, com relatórios periódicos, e sua aprovação seguirá os mesmos critérios de aprovação estabelecidos pelo Curso em conformidade com os critérios da UFRJ. O estudante cumprirá em horas de Atividades de Extensão, um mínimo de 10% (dez) da carga horária total do Curso, conforme a Lei N. 11.003, de 25/06/2014, Plano Nacional de Educação, Meta 12.7 e Res. CNE/CES no. 7 de 18/12/2018.

5.6 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A implantação deverá ocorrer de modo único por meio do cálculo de equivalências, evitando-se, ao máximo, o oferecimento repetido de uma mesma disciplina, visto que isto gera grandes impactos na disponibilidade de docentes. Para os estudantes que estão cursando ou já terão cursado o AI2 (FAW481), a permanência no currículo de 2006 é opcional. Para aqueles que já tiverem cursado o AI1 (FAW240), será feita avaliação do BOA, pela Diretoria Adjunta de Graduação por solicitação do(a) estudante, e possibilitada a opção curricular que oferecer melhores condições em termos de prazo de integralização. A relação de equivalências é apresentada na ficha CEG 06.

5.7 ACOMPANHAMENTO

5.7.1 SISTEMA DE INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A FAUFRJ está desenvolvendo um Sistema de Informação Interno, complementar ao SIGA, que permitirá análises integradas dos dados de docentes e estudantes, envolvendo as orientações de diferentes naturezas, pesquisas, ações de extensão, atividades complementares e ensino.

O sistema permitirá a validação das atividades discentes que não constam do SIGA e a emissão de relatórios de acompanhamento do(a) estudante, desde o seu ingresso até a conclusão do Curso, permitindo acompanhar o percurso trilhado, dando subsídios para a análise da nova matriz curricular, principalmente do Ciclo Avançado, indicando novas potenciais tendências exercidas pelos estudantes.

Além do Sistema de Informação Interno, é compromisso da FAUFRJ a divulgação do Projeto Pedagógico do Curso, tal como de todos os documentos complementares – e mentário, fichas CEG, regulamentos, portarias – em seu sítio eletrônico oficial, de modo direto, transparente e permanentemente atualizado.

5.7.2 REVISÃO CONTINUADA E PARTICIPAÇÃO

Acredita-se na necessidade de revisões continuadas de pequeno porte, diferentemente do que vem sendo praticado. É preciso que o Curso esteja sempre a frente de seu tempo ao invés de refém de uma estrutura muito rígida de difícil alteração que não permita sua atualização permanente. Objetiva-se criar disciplinas abertas, relacionadas com as áreas já apontadas, cujos conteúdos específicos e planos de aula sejam definidos em função de cada momento de atuação docente na pesquisa e na extensão, assim como das demandas dos estudantes e da sociedade. Deste modo, é vital manter um sistema atualizado para se construir, também, um histórico dos processos, podendo ajudar a identificar os momentos mais bem-sucedidos ou aqueles que necessitem reformulação. Na FAUFRJ, esse processo de revisão continuada é responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE) que ficará encarregado de fomentar e garantir a participação de toda a comunidade acadêmica.

Inclui-se neste acompanhamento a análise dos relatórios do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) emitidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), observando a série histórica do Curso e seu desempenho frente a outras instituições do território nacional.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 O EDIFÍCIO JORGE MACHADO MOREIRA

6.1.1 VALOR PATRIMONIAL

Em 1945, com a criação da Faculdade Nacional de Arquitetura – FNA é consolidada a separação de direito da Escola de Belas Artes, restava a separação de corpos, uma sede para prosseguir sua trajetória. Pouco tempo depois, por iniciativa do Reitor Pedro Calmon, a FNA se instala no edifício do antigo Hospício dos Alienados, edificação neoclássica projetada por discípulos de Grandjean de Montigny, situado à Av. Pasteur, Praia Vermelha, incorporado ao Patrimônio da Universidade e recuperado.

Em 1957 era apresentado o projeto para o novo edifício da Faculdade Nacional de Arquitetura, premiado na Bienal de Arquitetura do mesmo ano. Desenvolvido pelo Arquiteto Jorge Machado Moreira, integrante da equipe do MEC, o prédio adotava dimensões suntuosas, disposto em vários blocos, o principal com oito pavimentos, com programa extenso, minuciosamente detalhado, considerando números e proporções ideais entre estudantes e professores, condicionantes climáticas e até mesmo horário determinado para aulas conforme a fachada insolada. Tratava-se de uma criteriosa proposta, inteiramente modulada, totalmente adequada a um programa elaborado pelos catedráticos: um edifício consolidando projeto de ideais modernistas para abrigar a moderna Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA).

Em 4 de agosto de 2009, o Decreto Rio nº 30.936, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tomba os jardins projetados por Roberto Burle Marx, elementos indissociáveis da arquitetura, como também o painel da fachada do Bloco B (Biblioteca). Em 03 de outubro de 2016, o Edifício sofreu com um incêndio crítico no oitavo andar que levou à interdição dos seus quatro últimos pavimentos. Em 29 de dezembro de 2016, o Decreto Municipal Rio Nº 42.710 determinou o tombamento do Edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU – da UFRJ, considerando a importância do legado da arquitetura modernista brasileira, a obra de Jorge Machado Moreira e a excelência das linhas arquitetônicas. A partir deste tombamento, a Reitoria passa a denominar o Edifício de Jorge Machado Moreira.

Em 20 de abril de 2021, o Edifício Jorge Machado Moreira foi afetado por outro incêndio, que destruiu local ocupado pela Procuradoria Federal e atingiu parcialmente o Núcleo de Pesquisa e Documentação da FAU, que sofreu perdas em seu acervo. O acontecimento teve por consequência restringir ainda mais a utilização do edifício, implicando em esforços de manutenção e dependências.

6.1.2 ORGANIZAÇÃO FÍSICA DA FAU

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo está instalada no Edifício da FNA, atual Edifício Jorge Machado Moreira, desde 1961. Atualmente, muito dos espaços originais, são ocupados por outras unidades (Escola de Belas Artes – EBA e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR) e pela administração central (Centro de Letras e Artes – CLA e Reitoria), assim, a FAUFRJ conta com os seguintes espaços listados abaixo.

Bloco A

- Térreo – Almojarifado e depósito;

- 2º pavimento – NPD (Núcleo de Pesquisa e Documentação);
- 3º pavimento – plena ocupação pela FAU com 1 Auditório, 5 salas de aulas teóricas, 2 salas de Departamentos, 19 salas de projeto e 3 salas para o CAFAU (Centro Acadêmico da FAU) / Atlética;
- 4º pavimento - plena ocupação pela FAU com 1 Auditório, 5 salas de aulas teóricas, 3 salas de Departamentos, 13 salas de projeto e o Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ;
- 5º pavimento – ocupação compartilhada FAU/IPPUR, com o uso de 1 Auditório, 3 salas de aulas teóricas, 1 sala de Departamento, 9 salas de projeto e o Programa de Pós-graduação em Urbanismo – PROURB.

Bloco B

- 2º pavimento - Biblioteca Integrada da FAU/EBA/IPPUR.

Bloco C

- Térreo – Direção da FAU.

Bloco D

- Térreo – ocupação compartilhada FAU/EBA, com o uso de 2 salas de aulas teóricas e 3 laboratórios.
- 2º pavimento – ocupação compartilhada FAU/EBA, com o uso de 12 salas de projeto e 2 laboratórios.

6.1.3 GESTÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DA FAUFRJ

Em 2019, a Reitoria nomeou um grupo constituído por docentes e técnicos administrativos para elaborar um Plano Diretor do Edifício Jorge Machado Moreira. Esse grupo é responsável por definir as melhores formas de ocupação do edifício, compatibilizando os espaços e as funções, observando as questões patrimoniais e evitando os conflitos e danos provenientes de projetos e apropriações inadequados. O grupo constituído para a elaboração do Plano Diretor do E_JMM é também responsável pela priorização das ações de recuperação e manutenção. Dele participam representantes da Reitoria, do CLA, da FAU, da EBA, do IPPUR e do Escritório Técnico Universitário.

Em função da criação do grupo do Plano Diretor do E_JMM, a direção da FAU cria, em 2021, a Comissão de Patrimônio Cultural e Edificado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo visando dar maior agilidade ao Plano Diretor do Edifício Jorge Machado Moreira, no entendimento que a FAU possui, em seu corpo docente, inúmeros docentes com as atribuições necessárias para subsidiar as decisões. Assim, esta Comissão tem como atribuições: (1) definir estratégias para o uso e ocupação do Edifício Jorge Machado Moreira, em especial, para os espaços que integram a FAU, em consonância com a Unidade Territorial de Gestão da Quadra definida no Plano Diretor da UFRJ de 2030; (2) estabelecer subsídios para o Plano Diretor do Edifício Jorge Machado Moreira; (3) definir diretrizes e procedimentos que observem a preservação do patrimônio conforme o Decreto Rio 42710 de 29 de dezembro de 2016 e o Decreto Rio 30936 de 4 de agosto de 2009; e (4) avaliar o impacto, no bem, de intervenções arquitetônicas, paisagísticas, inclusive quando forem temporárias. Por fim, esta Comissão retoma o “Projeto FAU”, importante ação, descontinuada por falta de subsídios, que desenvolveu em 2010 um Plano de Conservação para o E_JMM.

De modo específico, a direção da FAU instituiu, em 2019, o Núcleo de Apoio Técnico que associa a gestão dos espaços com a gestão financeira, definindo a prioridade das melhorias (novas intervenções ou manutenção) espaciais, também, em função dos recursos disponíveis.

O Núcleo desenvolve projetos de pequeno porte e baixa complexidade que subsidiam os Termos de Referência de atas e licitações para obras e que contam com a participação de docentes, técnicos administrativos e estudantes por meio de estágio supervisionado.

6.2 ESPAÇOS DE ACERVO

6.2.1 BIBLIOTECA

Os estudantes da FAUFRJ têm à sua disposição a Biblioteca Lúcio Costa, presente no SiBI-Sistema de Bibliotecas e Informação, integrada às bibliotecas do IPPUR e da EBA.

O acervo da Biblioteca Lúcio Costa faz parte da Base de Dados Minerva da Universidade. É composto aproximadamente de 16.558 volumes, entre monografias, obras raras, teses e dissertações, obras de referência, obras autografadas, coleções especiais (C. Haroldo, C. Sousa e C. FAPERJ), obras básicas para o ensino, além de vídeos, slides e CD-Rom. Desde 2005, as teses e dissertações estão disponíveis na Base Minerva com acesso remoto. Também é importante destacar o acesso aos textos completos do Portal de Periódicos da CAPES. Está em fase de projeto a implementação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, com o IBICT. O acervo inclui:

- 10.410 monografias (livros, obras de referências, folhetos);
- 1.599 títulos de teses defendidas na UFRJ, destacadamente nos dois programas de pós-graduação da FAUFRJ (PROARQ e PROURB);
- 1.132 títulos de vídeos e slides;
- 1.107 CD-ROM;
- 1.742 títulos bibliográficos;
- 271 títulos de periódicos com 17.188 fascículos;
- Coleção FAPERJ (Edital 19/2009 e 15/2013).

Além desses acervos, os docentes e estudantes utilizam como apoio às suas atividades a biblioteca do IPPUR, que conta com mais de 23 mil títulos dentre livros, folhetos, periódicos, teses e dissertações, vídeos, CD-ROM e séries especiais.

6.2.2 NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO – NPD

O Núcleo de Pesquisa e Documentação – NPD foi pioneiramente criado doze anos após aos congêneres das ciências humanas na FAUFRJ pelo diretor, arquiteto Ulisses Burlamaqui. A 14 de abril de 1982 criava o Centro de Pesquisa posteriormente denominado Núcleo de Pesquisa e Documentação – NPD, como resposta à necessidade constantemente expressa pelos corpos docente e discente da FAU de fomentar atividades de pesquisa documental e histórica no domínio da arquitetura no país. Sua criação foi um esforço pioneiro no Brasil no que se refere à coleta, sistematização e análise da arquitetura segundo critérios técnicos de tratamento de suas fontes documentais primárias, e da apreciação histórica e teórica de tal arquivo.

É um importante acervo dedicado à Arquitetura na cidade do Rio de Janeiro, com 50.000 peças já catalogadas e cerca de 150.000 em processo de inventário, higienização e restauração: pranchas de desenhos de projetos de arquitetura, fotografias de obras e desenhos, modelos tridimensionais, documentos manuscritos, datilografados, livros, revistas e periódicos. O tema predominante é a Arquitetura e o Urbanismo no Brasil, e principalmente, no Rio de Janeiro. Dado o valor artístico, histórico e cultural que possuem as várias coleções existentes no NPD, servem tanto como auxílio e subsídio à formação dos graduandos em Arquitetura, quanto como material inédito de pesquisa para pós-graduandos e pesquisadores da área. A variedade

deste acervo, a quantidade e a qualidade das peças permitem compará-lo, em importância, à maior parte dos congêneres existentes no mundo.

As atividades do NPD se desenvolvem de modo orgânico e sistemático não só em sua característica básica de centro de pesquisa academicamente constituído, mas também, como unidade intrinsecamente ligada às atividades de ensino, treinamento, estágio e aperfeiçoamento, empreendidas pela FAU. O NPD é um esforço permanente de articulação entre ensino (em seu mais amplo e rigoroso sentido) e pesquisa, preservadas suas particularidades de constituição e a especificidade de suas fronteiras face às demais atividades curriculares e às metas institucionais abrangentes.

A relação pedagógica com os cursos ocorre por meio de projetos acadêmicos de pesquisa, no qual podem participar estudantes de graduação de diversas áreas da universidade. O Núcleo de Pesquisa e Documentação está aberto à pesquisa para a comunidade acadêmica da universidade, bem como a pesquisadores externos.

Ao longo dos seus trinta e quatro anos de existência, produziu diferentes cursos, palestras, exposições e publicações foram produzidas tanto internamente, quanto externamente por pesquisadores, utilizando-se das fontes conservadas no acervo do NPD, em suas diferentes produções.

A ideia de expansão do Núcleo de Pesquisa e Documentação atualmente existe no sentido de responder às demandas de doações de arquivos de arquitetura, que são caracterizados pelo seu grande volume de documentos, bem como sua variedade quanto aos suportes das fontes documentais.

6.2.3 NÚCLEO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA COLONIAL – NEAC

O Núcleo de Estudos de Arquitetura Colonial – NEAC/FAUFRJ, vinculado ao Departamento de História e Teoria, está hoje localizado no 4º andar do Bloco A. O Núcleo foi criado pela Professora Sandra Poleshuck de Faria Alvim em 10 de novembro de 1989. Atua como apoio teórico-metodológico para o Curso de Graduação da FAU e para os programas de pós-graduação, em especial, o Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio – MPPP. Realiza pesquisas nas seguintes linhas de investigação:

- Produção arquitetônica do período colonial brasileiro – civil, militar e religiosa;
- Arquitetura, História e teoria;
- Arquitetura, Filosofia e Estética;
- Arquitetura e Artes afins;
- Arquitetura, Documentação e Memória.

Seu acervo inclui as publicações das pesquisas realizadas no Núcleo nessas diferentes linhas, dentre as quais destacam-se, as obras de autoria da Prof. Sandra Poleshuck de Faria Alvim assim como o acervo por ela doado.

6.2.4 MEDIATECA

O Portal MEDIATECA DA FAUFRJ (www.mEDIATECA.fau.ufrj.br) é o repositório, até o momento, dos Trabalhos Finais de Graduação e, mais adiante, poderá reunir também os projetos realizados nas disciplinas de integração que marcam momentos especiais do curso. Constitui uma importante ferramenta didática para a difusão, análise e reflexão teórica da produção acadêmica da graduação.

Criado, inicialmente, em 2004 para otimizar o acesso aos trabalhos (cerca de 100 a cada período letivo) e substituir as mapotecas, foi descontinuado por dificuldades técnicas devido às tecnologias disponíveis naquele momento. Em 2013, o projeto foi retomado, buscando novas soluções e parcerias, de modo a ampliar ainda mais o acesso do sistema anterior e contou com recursos da FAPERJ para a criação de um novo Portal.

O banco de dados reúne informações sobre trabalhos produzidos desde 2008, com registros mais completos nos anos mais recentes. As consultas podem ser feitas a partir de diversos tópicos: temas, autores, períodos, orientadores, avaliadores ou local. Há ainda espaço para exposições temáticas que podem constituir coleções a partir do acervo e fomentar reflexões sobre a qualidade da produção da graduação na FAUFRJ. Destacam-se diversos trabalhos premiados regional, nacional ou internacionalmente, que atestam o valor do conjunto.

A MEDIATECA envolve docentes e estudantes - monitores bolsistas ou voluntários, de iniciação artística e cultural ou de extensão - que criam projetos, alimentam o banco de dados, atualizam a plataforma e participam da organização das exposições. A plataforma conta, hoje, com um mapa georreferenciado das intervenções propostas por cada trabalho, fruto de projeto apoiado pela Pró-Reitoria de Graduação. Outras exposições virão, cuja curadoria será definida de acordo com as linhas de pesquisa e de interesse dos docentes.

Para além da consulta a trabalhos individuais, instrumento de grande valia para os próprios estudantes, a plataforma permite também uma visão panorâmica importante da produção do curso, ajudando a identificar tendências e questões no ensino e prática do projeto. Debates atraem o público externo que enriquece a reflexão sobre os temas mais importantes de cada período.

6.3 ESPAÇOS DE PRÁTICA TEÓRICA

A FAUFRJ conta, no Bloco A, com dois auditórios (Archimedes Memória e Paulo Santos) para eventos e aulas teóricas de maior público que podem acolher, cada um, cerca de 100 pessoas. Estão ambos equipados com ar condicionado, projetor datashow e equipamento de som. Conta também com salas de aula em forma de pequenos anfiteatros com capacidade variando entre 50 e 100 pessoas, que atendem as aulas teóricas e são as salas 302, 328, 330, 402, 406, 428, 430 e 502. Excetuando as salas 302, 402 e 502, as demais ainda atendem a aulas teóricas de representação gráfica.

Ainda, no térreo do Bloco D, dispõe de 2 outros pequenos anfiteatros, cada um com capacidade para 60 pessoas.

6.4 ESPAÇOS DE PRÁTICA PROJETUAL

A FAUFRJ dispõe de cerca de 50 ateliês distribuídos nos blocos A e D destinados ao ensino do projeto. A unidade padrão de ateliê do Bloco A possui área de 70m² (7m x 10m), equipadas com mobiliário que vem sendo objeto de constante manutenção e atualização para se ajustar à incessante evolução das demandas de uso e diversificação das dinâmicas pedagógicas. Assim, o conceito norteador para os espaços de prática projetual é apostar numa padronização que garanta coerência com o perfil de prática didática e ao mesmo tempo permita suficiente flexibilidade de uso.

6.5 ESPAÇOS DE PRÁTICA EXPERIMENTAL

Os laboratórios e oficinas da FAUFRJ têm por finalidade apoiar

- as atividades didático-pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação;
- o Trabalho Final de Graduação (TFG);
- as atividades de pesquisa integrando estudantes da graduação e da pós-graduação;
- as Atividades de Extensão.

6.5.1 LABORATÓRIO DE ENSAIOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ESTUDO DO SOLO - LEMC

O Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção e Estudo dos Solos (LEMC) do Departamento de Tecnologia da Construção da FAUFRJ procura centrar suas atividades na experimentação prática construtiva como ação de convergência entre ensino pesquisa e extensão na formação do arquiteto urbanista. O LEMC, com o Canteiro Experimental, serve como espaço pedagógico e representa um território de investigação e ação para demandas internas, fruto de pesquisas e exercícios de disciplinas curriculares, e àquelas relacionadas com extensão universitária.

O LEMC, localizado no térreo do Bloco D, é constituído por uma área de cerca de 400 m², dividida em um salão principal, uma sala de aula, uma sala de projetos, depósito e câmara úmida. A área externa do LEMC, onde funciona o Canteiro Experimental, possui aproximadamente 1.000 m², contando com um módulo de apoio com cerca de 60 m² e um radier de cerca de 300 m², área pavimentada com blocos intertravados e área verde.

6.5.2 LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - LCE

Na década de 1990, o currículo e o Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética da FAUFRJ passaram a atender às Diretrizes Curriculares e Conteúdos Mínimos de 1994, estabelecidos pelo MEC, que tornou Conforto Ambiental matéria obrigatória profissionalizante, e explicitou o laboratório de conforto ambiental como requisito básico à abertura e funcionamento de curso em arquitetura e urbanismo.

Foi criado simultaneamente com o Mestrado em Arquitetura (atual PROARQ), no final da década de 1980, e desde 2006 ocupa área no térreo do Bloco D, como resultado de esforços e cooperação entre a FAUFRJ, PROCEL EDIFICA e Eletrobrás. Tais instalações, reformadas em 2019, compreendem:

- sala de simulação e análise de projeto – com computadores ligados em rede (internet), com softwares de auxílio ao desenho do projeto em 2D e 3D, bem como softwares para simulação dos fenômenos do Conforto Ambiental – bioclimatismo, conforto higrotérmico, iluminação natural e acústica;
- sala do heliodon para simulação da trajetória e incidência de radiação solar sobre maquete;
- sala com túnel de vento para simulação da ventilação natural em maquete;
- sala de estudos;
- sala com equipamentos – medidores de níveis de iluminação (luxímetros), de níveis de pressão sonora (sonômetro), de temperatura do ar (termômetros), de umidade do ar (higrômetros), de temperatura média radiante (termômetro de globo), de temperatura superficial (termopares), de velocidade do ar (anemômetro), datalogger e câmera fotográfica; vi) sala de maquetes.

As atividades das duas linhas de pesquisa do LCE – Conforto Ambiental e Eficiência Energética, se traduzem em conteúdo técnico e específico, tendo como base, conhecimentos da Física, Climatologia, Medicina, entre outras, e depende da atualização de seus equipamentos.

A tradição e importância da pesquisa na Área (destaca-se a contribuição do PROARQ e PROURB) permitiram alcançar excelência com o aprimoramento do LCE. As atividades de extensão se beneficiaram de recursos humanos e materiais para atendimento e troca de conhecimento com a comunidade externa à UFRJ, em época de esforços para etiquetagem e certificação de edificações, visando a eficiência energética e a qualidade ambiental.

6.5.3 LABORATÓRIO DE SANEAMENTO E SISTEMAS PREDIAIS HIDROSSANITÁRIOS - LABHIDRO

O Laboratório de Saneamento e Sistemas Prediais Hidrossanitários – LABHIDRO, criado em 2015, atua nas áreas de Saneamento e de Sistemas Prediais, em particular, os Sistemas Hidráulicos e Sanitários e de Águas Pluviais.

O LABHIDRO está instalado no térreo do Bloco D e conta com um salão de experimentos, com uma parede hidráulica experimental, onde também acontecem aulas práticas, além de uma sala de projetos e pesquisa.

6.5.4 LABORATÓRIOS OFICINA DE MAQUETES E DE MODELOS 3D E FABRICAÇÃO DIGITAL

O Laboratório de Oficina de Maquetes vinculada ao DARF/FAU e o Laboratório de Modelos 3D e Fabricação Digital – LAMO3d vinculado ao PROURB/FAU buscam, em conjunto, a inserção plena das novas tecnologias de fabricação digital dentro dos processos produtivos e de pesquisa da UFRJ. O LAMO3d começou como um Laboratório que pretendia atender os trabalhos de graduação da FAUFRJ, contudo a carência em fabricação digital, e principalmente em equipamentos colocou o Laboratório no centro das expectativas de pesquisas na área, tanto na FAU como em outras unidades da UFRJ. Se antes realizavam modelos para arquitetura, passamos a realizar protótipos de barcos, carros, drones, robôs, próteses médicas, capacetes sensitivos, turbinas hidroelétricas, obras de arte etc.

Existem no mundo 25 universidades com centros de unidades robóticas, sendo unicamente duas na América Latina (nenhuma delas no Brasil). Neste sentido a procura de ampliação permitiria quebrar essa distância e colocar o Brasil dentro destas discussões de ponta, a ideia é concretizar um FabLab que seja centro de referência no Brasil.

Os objetivos gerais visam poder dar atendimento a pesquisas essenciais que são da UFRJ e que extrapolam sobremaneira as atividades do nosso Laboratório. Como objetivos específicos apontamos para a divulgação e capacitação de processos de fabricação digital e automação.

A Oficina de Maquetes consta com um total aproximado de 430 m² distribuídos do seguinte modo:

- Salão de Maquetes - 300 m²
- Sala do Laser - 20 m²
- Sala de Impressão 3d - 50 m²
- Depósito - 30 m²
- Sala de Reuniões - 30 m²

O LAMO (Laboratório de Modelos3d e Fabricação Digital), atualmente compartilhando o espaço do Laboratório Oficina de Maquetes, procura ser um centro de inovação e de

referência em desenho paramétrico e fabricação digital. Neste sentido com editais de agências de fomento à pesquisa e com o apoio dos dois programas de Pós-Graduação da FAU foram adquiridos os itens descritos abaixo:

- 1 Máquina de Corte a Laser Pequeno Porte, ULS 6.60w;
- 2 Máquinas de Corte a Laser Pequeno Porte, ULS6.50w;
- 1 Impressora 3D, Rap.Man 3.2;
- 1 Impressora 3D, AVS-3D-001;
- 1 Impressora 3D, AVS-3D-002;
- 1 Scanner 3D Kinect;
- 12 Computadores de mesa, DELL I3;
- 6 aparelhos de ar condicionado.

A operação é feita com os docentes da FAUFRJ, pesquisadores dos programas de pós-graduação, estudantes da graduação (bolsistas, monitores e voluntários) e técnico-administrativos.

6.5.5 LABORATÓRIO DE GRÁFICA DIGITAL - LABGRAF

O Laboratório de Gráfica Digital é um ambiente dedicado à experiência pedagógica visando o apoio às práticas voltadas à instrumentalização digital no campo da Arquitetura e Urbanismo. O LABGRAF foi criado em 2006, e está instalado desde o incêndio de outubro de 2015 na sala 331 do Bloco A de forma provisória, até retornar às instalações da sala 301.

6.5.6 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O Laboratório de Informática é um ambiente dedicado à experiência pedagógica visando o apoio às práticas voltadas à instrumentalização digital no campo da Arquitetura e Urbanismo. O Laboratório de Informática recebeu recursos da UFRJ no âmbito do Programa ‘Sala do Futuro’, tendo sido implementado em 2013 na FAUFRJ e instalado na sala 320 do Bloco A.

6.5.7 OFICINA INTEGRADA DE CERÂMICA

A Oficina Integrada de Cerâmica FAU/EBA – UFRJ, implantado em 1989, acolhe os laboratórios das duas unidades, isto é, o Laboratório de Cerâmica FAUFRJ, estabelece parceria com o Laboratório de Modelagem Digital (LAMO/PROURB). Esta estrutura de investigação tem permitido avançar pelos caminhos da integração entre modelagem manual e digital com os alunos dedicados à iniciação artística, cultural e científica. Esses laboratórios também têm empreendido um importante esforço no sentido da preservação dos objetos cerâmicos produzidos na Oficina.

O projeto de pesquisa “Arte e Arquitetura no acervo imagético” da Oficina Integrada de Cerâmica FAU/EBA-UFRJ, em andamento, tem se dedicado a inventariar o acervo interdisciplinar da Oficina constituído nestas três décadas. Um acervo composto tanto pelos trabalhos dos alunos como por obras de artistas cedidas à Oficina que há tempos demanda não apenas a realização do inventario como também de cuidados de manutenção, higienização e conservação. O objetivo principal deste projeto é permitir que este importante legado seja exposto e compartilhado com a comunidade acadêmica interessada na compreensão das possibilidades da arte cerâmica em um campo ampliado conceitual na arte e na arquitetura.

6.6 ESPAÇOS DE PRÁTICA PROFISSIONAL

6.6.1 ATELIÊ UNIVERSITÁRIO

O Ateliê Universitário é um ambiente de prática profissional com acompanhamento pedagógico visando à aplicação de pesquisa interdisciplinar no campo da Arquitetura e Urbanismo. O Ateliê Universitário tem por missão a realização de atividades de interesse público e/ou universitário no campo das atribuições profissionais do arquiteto e urbanista. Foi institucionalizado em 2006 na FAU e está instalado nas salas 327 e 329.

6.6.2 ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO – EMAU / ABRICÓ

Na FAU o EMAU está instalado na sala 326 do Bloco A e se denomina ABRICÓ, em função do “bosque de abricó-de-macaco”. Visa a melhoria da educação e da formação profissional do Arquiteto Urbanista através da vivência social e da experiência teórico-prática como um todo, tendo como princípio básico contribuir para o desenvolvimento da sociedade através da aplicação do conhecimento gerado e adquirido na universidade unido ao conhecimento das comunidades ao seu entorno.

Neste sentido, o EMAU é uma experiência de troca, na qual os estudantes atendem demandas de comunidades que não possuem acesso ao trabalho de profissionais de arquitetura e urbanismo, desenvolvem coletivamente soluções, discussões e propostas que proporcionem a melhoria mínima na qualidade de vida. Busca, assim, a democratização do acesso ao profissional de arquitetura e urbanismo e o maior protagonismo da função social da universidade pública, em especial da FAU. Por fim, retorna à comunidade acadêmica o conhecimento adquirido para que sirva de base a outras atividades. Gerido pelos próprios estudantes, tem como metas iniciais, a inserção destes na realidade social, qualidades espaciais e suas problemáticas e busca da aproximação e diálogo com as comunidades por meio de seus instrumentos participativos. A importância dentro de uma relação próxima entre as comunidades e o EMAU é a maneira de construir indissociavelmente à comunidade as etapas projetuais: concepção, desenvolvimento e execução. Essa aproximação pode assim ser feita por meio de reuniões e atividades promovidas em conjunto, visando a uma maior integração entre comunidade-EMAU e comunidade-universidade.

7 CORPO SOCIAL

7.1 ÉTICA E AMBIENTE ACADÊMICO

A ética permeia todas as relações humanas sendo assim esta questão precisa ser abordada ao se construir um Projeto Político Pedagógico de curso.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo e mais amplamente a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com um corpo social de aproximadamente 2.200 pessoas dentre estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos, se prepara para enfrentar esta questão criando uma Comissão Permanente de Ética, vinculada à sua instância máxima – a Congregação. Esta Comissão irá se dedicar à construção de um “Código de ética e normas de condutas da FAU” em alinhamento às Comissões de Ética do CLA e da UFRJ.

O Código de Ética deverá estabelecer as diretrizes da FAU em relação ao seu corpo social, em relação à UFRJ, à sociedade acadêmica e à sociedade em geral, forte preocupação com a ampliação das ações extensionistas. As Normas de Conduta abordam os direitos, deveres e comportamentos esperados no ambiente acadêmico, facilitando a aplicação dos compromissos assumidos no Código de Ética.

7.2 CORPO DISCENTE

7.2.1 PERFIL DO INGRESSANTE

“A UFRJ, por decisão de seu Conselho Universitário, de 28 de setembro de 2011, passou a utilizar exclusivamente a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sistema de Seleção Unificado (SiSU) para o ingresso nos cursos de graduação, preservado o procedimento da etapa de Teste de Habilitação Específica (THE) para os cursos específicos que o utilizam. Em cada curso, 50% das vagas são ocupadas na modalidade Ação Afirmativa e 50% das vagas na modalidade Ampla Concorrência. As vagas oferecidas em cada curso, na modalidade Ação Afirmativa, são destinadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas dos sistemas públicos de ensino. Dentro dessa modalidade (Ação Afirmativa), 50% das vagas serão destinadas a candidatos com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo nacional vigente e as demais 50% das vagas serão destinadas a candidatos com renda familiar bruta *per capita* superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional vigente. Após a aplicação desse percentual, 51,8% das vagas de cada um dos grupos resultantes, que corresponde à soma de pretos, pardos e indígenas na população do Estado do Rio de Janeiro (conforme o censo demográfico de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE), serão destinadas por curso/opção por período, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas” (Acesso à Graduação – UFRJ, <https://ufrj.br/aceso-graduacao>).

O perfil do(a) estudante ingressante traz novos desafios em função da sua diversidade cultural, proveniente de diferentes regiões do país e de diferentes perfis socioeconômicos. Verifica-se, de modo específico na FAU, o elevado número de estudantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo que 50% buscam a FAU pelo prestígio e 30% por ser ensino público.-Mesmo sendo um curso integral, cresce o número de estudantes que precisam trabalhar antes de ingressar na faculdade, o que leva a uma fragmentação e descontinuação do tempo de

formação. Justifica-se assim a necessidade de constante avaliação e estudo de uma grade horária e tempo dedicado às atividades extraclasse que seja compatível com essa condição.

7.2.2 ACESSO, POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACOMPANHAMENTO

A FAUFRJ disponibiliza, a cada semestre, 120 vagas. Até 2020, o acesso ao Curso de Graduação era feito pela nota do ENEM após aprovação no Teste de Habilidade Específica (THE). A partir de 2021, a FAUFRJ decidiu suspender o THE, em caráter excepcional, aderindo temporariamente ao SiSU (Sistema de Seleção Unificada). A manutenção desse procedimento está em processo de avaliação.

O acesso ao Curso pode também ser feito por meio de Transferência Externa Facultativa, Mudança de Curso e Reingresso Especial conforme os editais publicados pelo Conselho de Ensino de Graduação e também por meio do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e por Transferência *Ex Officio*.

A FAUFRJ constituiu, em 24 de julho de 2020, a Comissão de Políticas Estudantis – CPE no intuito de reconhecer as diferenças e vulnerabilidades do corpo discente, adotando as seguintes ações:

- Incentivar ações afirmativas que apoiem a inclusão estudantil na FAU, em consonância com diretrizes da UFRJ;
- Contribuir para a criação de ações de inclusão estudantil na FAU;
- Estabelecer a cooperação entre a Comissão de Políticas Estudantis (CPE) da FAU e a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7) da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Estabelecer a cooperação entre a Comissão de Políticas Estudantis (CPE) da FAU e a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) do Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Estabelecer ações conjuntas que envolvam a Comissão de Políticas Estudantis (CPE) da FAU e a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) do Curso de Graduação em Arquitetura da FAU;
- Orientar os estudantes da FAU na aplicação aos editais de auxílios da UFRJ (alimentação, transporte, educação infantil, material didático, moradia, permanência e outros);
- Apoiar, especialmente, os Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ENEE) e Pessoas com Deficiência (PCD).

O acompanhamento e a orientação acadêmica são importantes para a permanência dos estudantes e seu desempenho na graduação. Todos os ingressantes no Curso são vinculados a docentes permanentes (Corpo de Professores Orientadores – CPO) que desempenham a função de orientadores acadêmicos indicados pela COAA.

7.2.3 REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS

O Estatuto da UFRJ, atualizado em 25/01/2021, define, em seus artigos 85 a 87, que ao Corpo Discente fica garantida a organização estudantil e a representação nos órgãos colegiados da Universidade.

Na FAUFRJ, essa organização e representação são feitas pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (CAFAU) que, regulado pelo Estatuto do CAFAU, serve de espaço para o fortalecimento dos laços da comunidade discente, representa seus estudantes nas devidas instâncias deliberativas e constrói politicamente seus interesses e demandas. O CAFAU está localizado nas salas 315, 317 e 319 do Edifício Jorge Machado Moreira. É garantida pelo regimento interno da FAU a representação dos estudantes nos órgãos colegiados da Faculdade, assim como direito ao voto nas deliberações das instâncias: Congregação (15% de

seus membros), colegiados dos departamentos, Conselho Departamental, Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) e Comissão de Políticas Estudantis (CPE).

A direção do CAFAU participa do Diretório Central dos Estudantes Mário Prata (DCE Mário Prata ou DCE-UFRJ) que é o diretório estudantil da UFRJ, entidade de representação máxima dos discentes da Universidade. Além dos diretores eleitos dos centros acadêmicos, o DCE Mário Prata reúne em sua estrutura os diretores eleitos da entidade e conselheiros universitários. É responsável por defender o interesse dos estudantes da universidade, organizar atividades voltadas para o corpo discente (mesas, festas, debates, oficinas), atuar como entidade de coesão das lutas em torno da educação pública, e informar os estudantes da UFRJ.

À nível nacional, os discentes ainda podem fazer parte e contam com a representação da FeNEA, Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, sendo assim, todos os estudantes de qualquer curso de arquitetura e urbanismo fazem parte dela. A federação é responsável por responder pelos estudantes de arquitetura e urbanismo em órgãos públicos e oficiais, sempre reiterando o ensino de qualidade e se envolvendo em lutas sociais que permeiam o campo da arquitetura e urbanismo. Para que seus objetivos sejam cumpridos, existem diretorias regionais, direcionadas para cada região do Brasil, e diretorias específicas; além dessas divisões também existem os Coletivos e o Fórum, que trazem pautas relevantes para a sociedade e questões de patrimônio histórico e arquitetônico. Toda essa organização é democrática, sem fins lucrativos e apartidária, mas sem deixar de ter um posicionamento político³.

7.2.4 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento dos egressos permite a contínua retroalimentação do Projeto Pedagógico do Curso por meio da observação dos caminhos trilhados e por meio de críticas recebidas.

Muitos egressos da FAUFRJ comumente buscam a formação continuada nos cursos de pós-graduação da Unidade e passam a atuar como docentes em outras instituições de ensino superior públicas e privadas, mantendo o contato ao participarem dos grupos de pesquisa ou em bancas da graduação (TFG) e da pós-graduação. Assim, por meio dos cursos de pós-graduação, é possível estabelecer uma das listas de egressos, uma vez que esta informação é obrigatória na Plataforma Sucupira da CAPES.

Ainda, no tocante à nucleação, é igualmente importante que Projeto Pedagógico do Curso prepare o/a estudante para refletir não apenas sobre os problemas da metrópole, mas igualmente, sobre as questões arquitetônicas e urbanísticas das pequenas e médias cidades, potenciais lugares de sua atuação profissional. Para este acompanhamento, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo vem desenvolvendo um sistema de informação que permite que os cursos de graduação possam, estatisticamente identificar campos e locais de atuação mais recorrentes de seus egressos, por meio do Registro de Responsabilidade Técnica daqueles que tem participação ativa no mercado de trabalho.

O Sistema de Informação Interno, que a FAUFRJ está buscando implementar, possui uma área voltada ao participante externo, sendo este de diferentes naturezas – palestrante, membro de banca, colaborador em pesquisa, participante de ação de extensão. Em qualquer das naturezas o participante externo será convidado a se cadastrar no Sistema para oficializar a sua participação, declarando seus vínculos de egresso da graduação ou da pós-graduação.

³ Texto redigido pela FeNEA

Busca-se, também, a ampliação da promoção de eventos e de ações de extensão – seja por meio do Canal YouTube da FAUFRJ criado em 2020, seja por meio das redes sociais, para atrair maior participação dos egressos e a possibilidade de criar vínculos mais constantes e permanentes.

Por fim, outra ação de acompanhamento é a reativação da Associação de Ex-Alunos e Docentes da FAUFRJ criada em 2001 que, de modo independente, buscará congregiar os egressos para a sua participação ativa na construção continuada da FAUFRJ.

7.3 CORPO DOCENTE

7.3.1 PERFIL DOCENTE

O perfil docente da FAU vem sendo alterado ao longo dos anos, ampliando-se o grupo de docentes de dedicação exclusiva, envolvidos em pesquisa e extensão, para além do ensino na graduação. Essa característica está alinhada com as diretrizes do Ministério da Educação para as contratações de docentes pelas universidades públicas federais e, também, com o crescimento dos programas de pós-graduação, que na FAUFRJ, se constata com a implantação de 6 cursos de pós-graduação e cerca de 90% dos docentes com dedicação exclusiva.

Hoje, o corpo docente da FAUFRJ é composto por 108 professores permanentes e aproximadamente 25 substitutos. Esse corpo de substitutos, juntamente com os estudantes da pós-graduação que fazem o Estágio Supervisionado de Docência, contribuem muito para a renovação e maior dinamismo nas práticas de ensino. O corpo docente, com um total aproximado de 140 professores, define uma relação de 11 estudantes por professor, número reconhecidamente de qualidade pelos Padrões de Perfis e Qualidade do MEC.

Do total dos docentes permanentes apenas 8% não possuem doutorado, sendo significativa a atuação em pesquisa e em cursos de pós-graduação. Do corpo docente permanente, 53% atuam nos cursos de pós-graduação da FAUFRJ, 1% atua em outros cursos de pós-graduação da UFRJ e 13 docentes possuem alto reconhecimento em pesquisa, sendo bolsistas de produtividade CNPq e/ou Jovem Cientista do Nosso Estado ou Cientista do Nosso Estado FAPERJ.

Em relação à proposta para o Ciclo Avançado se verifica que aproximadamente 45% dos docentes têm perfil para atuar na oferta prevista de Ateliês, 35% nos laboratórios experimentais e 20% nos Seminários Teóricos Avançados.

7.3.2 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Na FAUFRJ há permanente estímulo à capacitação docente e para tanto os departamentos e a Diretoria Adjunta de Graduação planejam juntos a organização de turmas prevendo os possíveis afastamentos. Considerando o elevado número de docentes doutores, a maior parte das capacitações não se voltam à titulação, mas aos estágios pós-doutorais, cursos e atividades interinstitucionais que envolvem tanto pesquisa quanto extensão, como disciplinas e oficinas e, também, eventos de grande alcance nacional ou internacional.

7.4 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

7.4.1 PERFIL E ATUAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo de técnicos-administrativos da FAUFRJ, hoje, se encontra bastante reduzido, com apenas 35 pessoas, ainda mais considerando o universo de estudantes, obtemos uma relação aproximada de 1 técnico-administrativo por 44,3 estudantes. Uma política dessa gestão tem sido a otimização dos recursos humanos, buscando identificar os interesses específicos e os valores não reconhecidos que perpassam a formação específica.

No momento da redação final deste PPC, a distribuição se dá do seguinte modo: 2 localizados na Biblioteca Lúcio Costa; 2 no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD); 4 nos laboratórios; 6 nas atividades administrativas dos departamentos; 5 nos cursos de pós-graduação; e 16 na direção da FAUFRJ, nos seguintes setores: Secretaria de Atividades Gerenciais (2), Seção de Pessoal (1), Serviços Gerais (2), Almoxarifado (1), Patrimônio (1), Coordenação de Planejamento (3), Coordenação de Comunicação (2), Diretoria Adjunta de Graduação (4).

7.4.2 POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO

Do mesmo modo que a FAUFRJ estimula a capacitação docente, estimula a capacitação de técnicos-administrativos, envolvendo tanto a obtenção de títulos de pós-graduação quanto a frequência em cursos de curta duração, muitos oferecidos pela Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4). No último Plano de Desenvolvimento de Pessoas foram discutidas, principalmente no âmbito dos técnicos-administrativos da direção, as necessidades de aprimoramento voltadas às atividades desenvolvidas e o planejamento necessário para o mesmo.

8 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A FAUFRJ é constituída por 6 departamentos e operacionalmente organizada em 3 diretorias adjuntas – graduação, pesquisa e extensão, e 4 coordenações – administrativa, comunicação, relações internacionais e planejamento. Destaca-se a seguir as instâncias que, na estrutura administrativa da FAUFRJ, encontram-se diretamente envolvidas com as questões pedagógicas do Curso.

8.1 DEPARTAMENTOS

A FAUFRJ é estruturada em 6 departamentos, a saber:

- Departamento de Análise e Representação da Forma (DARF) – responsável pelas disciplinas de código FAR, possui presença marcante no Ciclo Básico e nos laboratórios do Ciclo Avançado;
- Departamento de Projeto de Arquitetura (DPA) – responsável pelas disciplinas de código FAP, possui atuação nos ciclos Intermediário e Avançado, com destaque nos Ateliês Avançados e Integrados voltados ao projeto da edificação;
- Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR) – responsável pelas disciplinas de código FAUFRJ, possui atuação ao longo de todo o Curso, com destaque nos Ateliês Avançados e Integrados voltados aos projetos urbanos e paisagísticos;
- Departamento de História e Teoria (DHT) – responsável pelas disciplinas de código FAH, possui disciplinas ao longo de todo o Curso, com destaque para a participação nos Seminários do Ciclo Avançado;
- Departamento de Tecnologia da Construção (DTC) - responsável pelas disciplinas de código FAT, possui atuação ao longo de todo o Curso, com destaque para a participação nos Laboratórios do Ciclo Avançado;
- Departamento de Estruturas (DE) - responsável pelas disciplinas de código FAE, possui atuação ao longo de todo o Curso, com destaque para a participação nos Laboratórios do Ciclo Avançado.

O Conselho Departamental é a instância consultiva que atua junto à Congregação e tem relação direta com a Diretoria Adjunta de Graduação na definição da distribuição de vagas e turmas de cada disciplina. Esse fato tem implicação direta na organização do Curso, afetando no fluxo discente, na contratação de substitutos e na otimização da infraestrutura da FAUFRJ. Recentemente, a Congregação da FAUFRJ deliberou a responsabilidade da Alteração de Grau e Frequência (AGF) ao Conselho Departamental.

8.2 DIRETORIA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO – DAG

A Diretoria Adjunta de Graduação é a responsável pela coordenação pedagógica do Curso, sendo o(a) diretor(a) adjunto(a) o(a) docente responsável pelo mesmo diante do MEC e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. Esta diretoria adjunta é a que possui o maior número de atribuições e deveres diante do estudante, e se organiza em coordenações e comissões descritas a seguir.

8.2.1 COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE GRADUAÇÃO

A Coordenação Executiva do Curso é composta por técnicos-administrativos, preferencialmente TAE, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- Atendimento e orientação administrativa/acadêmica, ao corpo discente;

- Organização dos pedidos de alteração de grau e/ou frequência com encaminhamento ao Conselho Departamental e Congregação, quando cabível em análise prévia;
- Organização dos pedidos de concomitância/quebra de requisito com encaminhamento ao Conselho Departamental, quando cabível em análise prévia, e lançamento dos resultados no sistema SIGA;
- Análise e encaminhamento dos pedidos acadêmico-administrativos, relativos ao corpo discente, aos diversos órgãos da UFRJ;
- Análise e registro das Atividades Complementares, dentre as quais, as monitorias de bolsa, de crédito e voluntárias;
- Análise de termos de compromisso de Estágio Supervisionado Obrigatório e lançamento no sistema SIGA da sua validação após a avaliação dos resultados do plano de trabalho pelo Orientador Acadêmico;
- Lançamento dos graus do RCS – Trabalho Final de Graduação 1 e 2;
- Supervisão da Secretaria Acadêmica.

8.2.2 COORDENAÇÃO OPERACIONAL DE CICLOS

Considerando os 3 (três) grandes ciclos: o básico (1º e 2º períodos), o intermediário (3º, 4º, 5º e 6º períodos), e o Avançado (7º, 8º, 9º e 10º períodos); a proposta de uma Coordenação Operacional se mostra pertinente de forma a auxiliar as coordenações, listadas abaixo, em tarefas administrativas.

8.2.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) integra a estrutura da Diretoria Adjunta de Graduação do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, sendo corresponsável pela elaboração, implementação, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Político Pedagógico. Tem função consultiva, propositiva, avaliativa e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica.

8.2.4 COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO ACADÊMICO – COAA

Cabe à COAA: exercer atividade de orientação acadêmica organizando os professores orientadores; deliberar sobre os processos acadêmicos dos alunos da Unidade; coordenar e emitir parecer sobre cancelamento de matrícula discente; discutir com estudantes medidas para viabilizar a superação de dificuldades; emitir parecer referente à renovação de auxílio ao estudante; acompanhamento dos estudantes conveniados ao Programa Estudante Convênio (PEC-G). A COAA é composta por no mínimo cinco (5) professores efetivos e dois (2) representantes discentes, sendo os professores indicados pelo diretor e homologados pela Congregação e os discentes indicados pelo Centro Acadêmico.

8.2.5 COMISSÃO DE DISPENSA DE DISCIPLINAS - CDD

Instituída com a Resolução CEG 01/2017, a Comissão de Dispensa de Disciplinas avalia processos de equivalências em disciplinas cursadas em outras unidades ou instituições nacionais ou internacionais.

8.2.6 COORDENAÇÕES DE CICLOS

As coordenações de ciclo têm por atribuição o debate pedagógico visando promover as diferentes formas de integração entre as disciplinas, propondo alinhamento e a otimização das práticas previstas nos itens 3 (Estratégias) e 4 (Diretrizes): 4.1 práticas didáticas, 4.2 critérios de avaliação e 4.3 estrutura curricular. As coordenações devem ser compostas por docentes

que atuam no referido ciclo e por representantes discentes. Reconhece-se as seguintes coordenações:

- Coordenação do Ciclo Básico;
- Coordenação do Ciclo Intermediário;
- Coordenação do Ateliê Integrado (7º período);
- Coordenação do Ciclo Avançado;
- Coordenação do Trabalho Final de Graduação.

8.3 DIRETORIA ADJUNTA DE EXTENSÃO - DAE

A Diretoria Adjunta de Extensão atua na divulgação de informações, de forma pragmática, através de: redes sociais institucionais e site da FAUFRJ; palestras com conteúdo específico para o esclarecimento sobre creditação e operacionalização das atividades de Extensão, com forte e imprescindível apoio da PR-5 (Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ); orientações individualizadas a estudantes, coordenadores de ação e interessados; elaboração de seção de “Perguntas e Respostas”, dentre outros procedimentos. O objetivo primordial é avançar de forma a desvendar possíveis gargalos que ainda possam estar dificultando a popularização conceitual e prática da Extensão. A criação do Conselho de Extensão Universitária (CEU), em setembro/2019, trouxe maior peso político, operacional e administrativo à Extensão na UFRJ. A FAUFRJ está representada no CEU, através de conselheiro eleito no âmbito do Centro de Letras e Artes.

8.4 DIRETORIA ADJUNTA DE PESQUISA - DAP

Diretoria Adjunta de Pesquisa tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre as atividades de pesquisa da Unidade, no âmbito da graduação. As pesquisas realizadas na Pós-Graduação já estão bem estabelecidas e fundamentadas em suas regras próprias, mas é importante uma atenção voltada para o fortalecimento das pesquisas na graduação e reconhecimento de sua importância. E neste contexto, um dos desafios é a implantação de registro das pesquisas e/ou grupos de pesquisa dentro da própria Unidade, para dar maior conhecimento, principalmente, aos discentes das linhas de pesquisa existentes.

8.5 COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CRI

A Coordenação de Relações Internacionais é composta por membros docentes indicados pela Diretoria da FAUFRJ. A CRI tem atuações relacionadas com a Diretoria Adjunta de Graduação – Intercâmbio e com a Diretoria Adjunta de Pesquisa - Acordos, e se organiza em 3 frentes:

- Intercâmbio ‘Outgoing’ – responsável pela seleção e orientação dos estudantes da FAUFRJ que vão estudar em instituições estrangeiras;
- Intercâmbio ‘Incoming’ – responsável pela orientação e recepção dos estudantes estrangeiros que vem estudar na FAUFRJ;
- Acordos – responsável pelos Acordos de Cooperação Científica e Tecnológica junto à Superintendência de Relações Internacionais da UFRJ.

A CRI atua, também, junto à Rede Magalhães e ao Programa Erasmus na seleção e definição da participação dos estudantes.